

16 Maio 2016 Segunda-Feira **Director-Geral** Evaristo Mulaza

SUL-AFRICANO SAIU EM 2010

Absa Bank desiste de Angola

O banco sul-africano que operou em Angola até 2010, por via de uma participação no capital do Banco Comercial Angola, tinha planos de regressar "em grande" ao país, mas desistiu, sem avançar qualquer justificação. Pág. 14

EXCLUSIVO

Acordo com o FMI 'encravado'

FINANÇAS PÚBLICAS. Fontes do VALOR próximas ao processo garantiram que a finalização do acordo com o Fundo Monetário Internacional, liderado pelo ministro das Finanças, estará emperrada, porque Armando Manuel não teve "consentimento expresso" do Presidente da República para pedir a ajuda financeira àquela instituição. Em reacção oficial, o Ministério diz, no entanto, que as verdadeiras negociações acontecem entre 1 e 14 de Junho próximo. Pág. 8





PEDRO GODINHO

"Nenhuma empresa séria entra no mercado hoje"

O director executivo da Câmara de Comércio EUA-Angola defende a flexibilização do regime cambial do sector petrolífero, para reduzir a pressão da escassez de divisas sobre a indústria petrolífera. E é peremptório ao afirmar que nenhum investidor sério aposta no mercado actual. Págs. 4 a 6

REFINARIA DO LOBITO

Acordos da Sonangol 'atrapalham' projecto

A Sonangol anunciou a parceria com a empresa indiana EIL para a viabilização da refinaria do Lobito. No entanto, acordos passados por cumprir poderão criar dificuldades sérias aos novos parceiros. Pág. 18

IMPOSTO PREDIAL URBANO

Incumprimentos levam a multas de 1,6 milhões de kwanzas



As multas pelo não pagamento do imposto predial urbano estão fixadas em 800 mil kwanzas para os contribuintes com contabilidade organizada, mas os números podem duplicar, nos casos de cobrança coerciva. Pág. 9

Moedas

166,7 Kz (+0) ▲

EUR

189,9 Kz (-1,5) ▼

LIBRA 240,6 KZ (-2,4) ▼

YUAN 25,5 Kz (-0,1) ▼

RAND 11,0 Kz (-0,4) ▼

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



2 | Valor Económico Segunda - feira 16 de Maio 2016

Editorial

APOSTAS FALHADAS



crise confirmou várias suspeitas e reafirmou várias certezas. Algumas dessas certezas a s

são os erros crassos cometidos no passado recente, em várias opções de governação. Alguns foram erros gravíssimos, como foi o desleixo em relação à aposta séria na refinação do petróleo. Ou o atraso dos investimentos públicos no sector elétrico. A hesitação em qualquer uma dessas áreas, no passado, revela-se hoje mais do que catastrófica. E as contas são fáceis.

Os derivados do petróleo e a energia elétrica são dois produtos com largas oportunidades de negócio no mercado regional. Mais no petróleo do que na eletricidade, Angola possui vantagens quase absolutas na região austral do continente. O conjunto dos 14 membros da SADC compra produtos refinados do petróleo. Nenhum outro país, neste espaço, teria ou tem condições para investir na refinação, até porque a maioria esmagadora não produz 'ouro negro'. Angola teve, portanto, condições avassaladoras que jamais considerou aproveitar de forma séria. Pelo contrário, arrastou-



-se inexplicavelmente até hoje entre os compradores de produtos refinados, quando se vai revezando com a Nigéria, na posição de maior produtor do continente. Só que as consequências não perdoam.

Pedro Godinho, presidente da Câmara de Comércio USA--Angola, lembra os números com clareza inquestionável. O país continua a "queimar" cerca de cinco mil milhões de dólares na importação de combustíveis. Divisas que, entre outras garantias, seriam mais do que suficientes para atenuar a asfixia cambial que leva todos os dias vários negócios à falência. Mas, como insiste oportunamente Gondinho, com a refinação interna do petróleo não estaria apenas a poupar-se dólares. Era a garantia também da entrada de centenas de milhões em divisas que seguramente colocariam Angola a enfrentar a crise de outra forma. Certos ainda seriam os custos mais baixos para os consumidores angolanos na compra de gasóleo ou de gasolina. Custos que alteraram de forma severa nos últimos dois anos, com a redução agressiva das subvenções e que colocaram os angolanos a pagar mais por um litro de gasolina do que os sul-africanos "que não produzem uma gota".

Hoje, no entanto, falta tudo. Escasseia a disponibilidade para se comprar os combustíveis no exterior, assim como faltam os recursos financeiros para se acelerar os projectos que, no tempo da bonança, incompreensivelmente ficaram adiados. No caso da refinaria do Lobito, até faltará dinheiro para liquidar dívidas que podem condicionar novas oportunidades de rerelançamento do projecto, como escreve o VALOR esta semana.

É a mesma a história que se repete no caso da energia eléctrica. Com potencialidades devastadoras de produzir eletricidade para consumir e vender, o cartão de visita deste sector é a publicação de números e previsões que simplesmente envergonham. Por isso, deveriam ser proibidos.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza Directora-Geral-Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: António Nogueira
Editor gráfico e chefe de produção: Pedro de Oliveira
Redacção: António Miguel, Edno Pimentel, Isabel Dinis, José Zangui,
Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias
Secretária de Redacção: Lúcia de Almeida

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuesseca **Paginação:** Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Colaboradores: Cândido Mendes **Produção gráfica:** Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda Tiragem: 4.000 N° de Registo do MCS: 765/B/15 GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão, Nelson Manuel e Valdimir de Almeida

Departamento comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes

e Mariquinha Rego

Tel.: +244941784790-(1)-(2)

 $\mbox{N}^{\, o}$ de Contribuinte: 5401180721; $\mbox{N}^{\, o}$ de registo

estatístico: 92/82 de 18/10/82

Tel.: +244 936272323

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade,

Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510, 222 320511

Fax: 222 320514

Segunda -feira 16 de Maio 2016 Valor Económico 3

A semana

PERGUNTAS A...



António da Conceição **Economista**

Angola deve ou não solicitar financiamento externo, atendendo aos níveis da dívida pública?

Para suprir as necessidades de equilíbrio fiscal, Angola vai continuar a sondar os mercados para obtenção de financiamentos até ao limite da exposição da taxa de esforço para cobrir o serviço da dívida e, com isso, criar bases para a diversificação da economia como fonte sustentada de receitas fiscais.

Que recomendações o FMI deverá fazer?

O FMI poderá pressionar o Governo, tal como fez em 2009, a reduzir custos no sector administrativo e empresarial do Estado; a revitalizar o programa de privatização de empresas públicas; a reformar a segurança social; a desburocratizar o ambiente de negócios e a melhorar o processo de transparência das contas públicas, entre outras variáveis macroeconómicas.

Haverá alguma fórmula para se diminuir o peso da dívida pública no PIB?

A única forma mágica de redução da dívida pública no PIB é Angola aumentar a base produtiva interna, através da diversificação da economia que permitirá melhorar as fontes de receita fiscal.

Foi inaugurado, em Luanda, o <mark>hipermer</mark>cado Candando. O empreendimento, orçado em cerca de 40 milhões de dólares, permitiu a criação de 553 postos de trabalho, perspectivando-se que esse número atinja a cifra de 750 trabalhadores, até ao final de 2016

Contratos avaliados em cerca de 19,3 milhões de dólares foram assinados, em Luanda, entre a UTIP e oito empresas industriais de capitais privados. Os projectos vão ser implementados em Luanda e Bengo e integram os sectores dos materiais de construção, metalúrgico, têxtil, entre outros.

QUARTA-FEIRA

O BNA anunciou, em comunicado, que colocou na semana de 3 a 6 de Maio 44,3 mil milhões de kwanzas (265,7 milhões de dólares) em bilhetes do Tesouro nas maturidades de 91, 182 e 364 dias. O BNA colocou ainda 19,5 mil milhões de kwanzas em obrigações do Tesouro.



A Agência para a Promoção do Investimento e Exportações de Angola (APIEX) promoveu, em Luanda, um fórum sobre o investimento directo estrangeiro. O encontro discutiu temas como o aumento da competitividade, a internacionalização e as exportações.



O chefe de departamento de consultoria e assistência técnica empresarial do INAPEM, Graça Ngombo, anunciou, no Namibe, que a instituição certificou, num ano, 11. 400 empresas, das quais apenas mil renovaram o seu contrato.



O governador do Kuando--Kubango, Pedro Mutindi, afirmou que os acordos económicos no âmbito do turismo com o homólogo sul-africano, David Dabede Mabuza, vão contribuir para o processo de diversificação da economia.



SEGUNDA-FEIRA

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, anunciou que o sector necessita de um investimento de cerca de 29 mil milhões de dólares para realizar com sucesso os projectos do Ministério, até 2025. João Baptista Borges informou que a taxa de electrificação é de 33% e que as necessidades de energia eléctrica, até 2000, eram de 300 megawatts, mas agora ultrapassa os mil megawatts.



COTAÇÕES

ASIA EM BAIXA ARRASTADA PELA CHINA

As bolsas norte-americanas passaram a semana ensombradas pelo aumento do desemprego para o nível mais alto desde há um ano e pela diminuição do consumo, melhorando na sexta-feira. Os principais índices europeus registaram ganhos com o DAX alemão a liderar, enquanto os mercados asiáticos fecharam em baixa influenciados pela baixa na produção chinesa. O Bovespa registou as maiores perdas depois da instabilidade política levar à suspensão de Dilma Rouseff.

a war of	Mly	my	17.682,0 17.650,0 17.625,0	Investing.com (GMT	MM	Myler	Mur.	47.50
Investing.com (GMT +1 12:00 13:00	14:00	15:00	17.600,0	12:00 13:00	14:00	15:00	16:00 Cote	s CFD
			Cotas CFD	Petróleo Brent	47.80	-0,28	-0,58%	0
PSI 20	4.894,20	-4,81	-0,10% 🧿	Petróleo	46.23	-0.47	-1.01%	
DAX Futuros	9.952,0	+91.0	+0.92% ①					7
CAC 40	4.320,50	+27,23	+0,63% ②	Gás Natural	2.155	0.000	0.00%	0
BEX 35	8.722,50	+59,40	+0,69% ①	Ouro	1.270,90	-0,30	-0,02%	0
S&P 500 Futuros	2.062,00	+3,25	+0.16% ③	Prata	17.100	-0.003	-0.02%	0
Dow 30 Futuros	17.682,0	+14,0	+0,08% ①	Cobre	2.080	+0.006	+0.27%	0
ndice Dólar	94,82	+0,71	+0,75% ⊙	Café Londres	1,677.50	-4.00	-0.24%	0
ndice Euro	89,37	-0,46	-0,51% ①	Alumínio	1,539.25	-8.25	-0.53%	0

PETRÓLEO COM SEMANA ESTÁVEL ACIMA DOS 45 USD

A Bolsa de Lisboa fechou a semana no vermelho penalizada pelos dados publicados que dão conta do arrefecimento da economia portuguesa e pelas perdas nas energéticas. Até quinta, as sessões andavam animadas pelos ganhos do BCP Millenium. O Brent fechou uma semana estável, no vermelho, mas ainda a negociar acima dos 47 dólares. Nas restantes comodities, os destaques foram o cobre, o único em terreno positivo e o alumínio que fechou com uma queda superior a oito pontos percentuais. 4 | Valor Económico Segunda-feira 16 de Maio 2016

Grande Entrevista

PEDRO GODINHO, DIRECTOR EXECUTIVO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EUA-ANGOLA

"Nenhuma empresa séria vai entrar no país nas actuais condições"

É pragmático, com ideias concretas sobre as medidas que podem alterar a conjuntura de asfixia económica. Pedro Godinho está convencido de que o BNA pode ser decisivo, se fizer alterações ao regime cambial. E explica por que razão foi um erro não apostar-se de forma séria na refinação dos combustíveis. O empresário que, entre outras tarefas, dirige a Camara de Comércio EUA-Angola e ao conselho de administração da Prodiam, é peremptório em afirmar que, nesta fase, nenhuma empresa séria entra no mercado angolano.

Por Nelson Rodrigues

ue transformações concretas a crise já causou na indústria petrolífera nacional?
Não é uma crise inesperada. Aliás, já em 2013, fazíamos questão, ao nível da USACC, de tudo fazermos no sentido de estimular a diversificação das trocas comerciais entre os

Estados Unidos da América (EUA) e Angola, porque já aguardávamos esta crise. É uma crise global e dela tem surgido ciclicamente as oscilações do preço do barril do petróleo no mercado internacional e que conduzem sempre a esses fenómenos.

Quando é que os associados da Câmara de Comercio Estados Unidos de América-Angola (USACC) começaram a sentir a crise?

Os primeiros sinais [da crise] ocorreram aquando do arranque do projecto Angola LNG. Um projecto que começou a ser concebido nos anos 1990, e que, na altura, tinha, como o mercado consumidor, os EUA. Dos anos 1990 a 2014, altura

em que o primeiro carregamento estava pronto, os EUA passaram de importador a exportador, ao criar uma autossuficiência em gás. Esse foi o primeiro sinal que podia dar a indicação de que, mais tarde ou mais cedo, haveria uma crise a nível dos preços do barril do petróleo, porque os EUA também trabalhavam intensamente no desenvolvimento de hidrocarboneto através de rochas xistosas. Um processo que lhes permitiria, pelo menos, aumentar a sua produção dos níveis de seis milhões de barris/dia para os 10 a 11 milhões de barris.

Neste momento, o consumo do mercado americano varia entre 18 e 19 milhões barris/dia e os EUA produziam qualquer coisa como seis a sete milhões barris. Quer dizer que o diferencial entre o petróleo produzido pelos EUA e suas necessidades variavam de 11 a 12 milhões de barris. Com essa necessidade, e o diferencial entre sete e 19 milhões de baris, os fornecedores dos EUA – Angola, Venezuela, Arabia Saudita, Nigéria e tantos outros – estavam confortados.

Que impactos a crise já deixou, entre os membros da USACC, desde 2014? O resultado natural [da crise] é reduzir pessoal, como consequência da redução dos custos. Quando se corta nos custos, começa-se pela redução das despesas. E os salários, de uma forma geral, representam de 20 a 30%, nalguns casos, noutros chegam nos 50% das despesas opera-



Segunda-feira 16 de Maio 2016
Valor Económico | 5

O negócio da refinação dá dinheiro. Resolveríamos o problema do fornecimento interno, deixaríamos de 'queimar' os cinco mil milhões de dólares em importação de combustíveis e a refinaria a funcionar em Angola pagaria impostos ao Estado. O litro de combustível em Angola é mais caro do que na África do Sul que não produz nenhuma gota de combustível.



cionais. Mas há empresas que não só reduziram pessoal como estão naquilo que chamamos de 'Surviver mode'. Ou seja, hibernaram por completo. Estão sem expressão, aguardando por melhores dias, porque a situação é caótica.

Quantas associadas da USACC já se viram obrigadas a encerrar as portas?

Sem medo de errar estamos já acima de 20 empresas nessa condição [de paralisação de actividades]. De uma forma geral, a Câmara de Comércio tem acima de 100 membros. E desses devemos ter oito operadores de produção. Tudo o resto são prestadoras de serviços. Do total das associadas, 70% estão no sector petrolífero. Qualquer prestadora de serviço apresenta um problema comum: as dificuldades com o pagamento ao exterior. Umas estão com muito mais fôlego, do ponto de vista financeiro, mas a maior parte delas já está nessa fase de hibernação.

É um fenómeno que levou as empresas ao tapete. Até aquelas empresas que se pareciam robustas, muitas colapsaram e abandonaram o mercado. Como balanço, essa é a pior crise. Antes, conseguíamos viajar. Hoje, os voos vão vazios.

Mesmo o cidadão que, há alguns anos estava na classe média-alta, hoje não assume a sua deslocação para o estrangeiro enquanto a situação prevalecer, porque não há condições.

Tem algum exemplo concreto?

Temos casos concretos em que tínhamos cerca de 100 trabalhadores e, neste momento, só estão dois. Um para abrir a porta e outro para pagar as contas. O assunto é sério. Os membros da USACC encontram-se nessa situação. Muitos deles continuam a fechar as portas, outros conseguiram reduzir de 120 trabalhadores para dois.

É um quadro operacional deficitário, em resumo...

Não é deficitário. É de falência. É colapso. Para além dos factores de preço e a inexistência de projectos, há factores de execução de transacções, aquisição de bens e de pagamento ao exterior.

Há empresas que, com a aplicação da nova Lei Cambial, exactamente com a exigência de que os residentes cambiais deviam receber os seus pagamentos em kwanzas, foram acumulando kwanzas



nos bancos comerciais, sendo que muitas delas chegaram a ter acima dos 200 a 300 milhões de dólares. Com a desvalorização do kwanza acima dos 60%, as empresas não conseguem comprar bens no exterior, nem honrar outros compromissos com fornecedores.

E qual será o impacto no investimento interno?

A demonstração de que não vai haver investimento interno é que o empresariado privado nacional não está bem em termos financeiros. Poderá haver algumas excepções. Mas, com as dificuldades que há na aquisição de bens e serviços, a partir do exterior, temos de admitir e crer que não haverá [investimentos].

O quadro será o mesmo para o investimento estrangeiro?

Com esses constrangimentos, nenhuma empresa gerida por uma pessoa lúcida e séria vai entrar no mercado angolano. Quem investe fora do seu país, almeja sempre o retorno do investimento. Na condição actual, que, para pagar, por exemplo, uma peça tem de se esperar seis a sete meses, quem se vai aventurar aqui? Só um aventureiro é que se lança nisso e Angola não precisa de aventureiros. O país precisa de investimentos sérios e relacionamentos com entidade sérias. Neste momento, o ambiente de negócios em Angola não permite atrair investidores sérios.

Caso o BNA congelasse a imposição legal de pagar às empresas petrolíferas em kwanzas, se passássemos à fase anterior, que era o pagamento em dólar, facilitaria muito a economia do país.

Além da crise, o que mais está a dificultar a actividade das empresas? A aplicação da Lei Cambial ao sector petrolífero. A nossa opinião é

tor petrolífero. A nossa opinião é que se mantivesse a Lei Cambial, mas que se abrisse uma execepção. Porque essa lei, como se mostrou, funcionou muito bem quando o petróleo estava acima dos 100 dólares. Aos níveis actuais, vemos que a lei não funciona. Desse jeito, teremos uma diversificação económica de 'faz de conta'. Para a USACC, a expressão diversifica-

ção económica passou a ser uma palavra de ordem que não vai ter impacto enquanto determinados factores não forem equacionados. Um caso hipotético: quem tem 100 milhões dólares depositados no banco, em kwanza, quando o kwanza se desvaloriza de 60 a 65%, quer dizer que está a perder 60 milhões dólares. Para empresas que tinham como perspectiva ter um lucro líquido (net profit) de 10 milhões/ano e num ano perder 60 milhões de dólares, não há condições objectivas para continuar.

Que "excepções" a USACC quer ver na aplicação da lei cambial?

Caso o BNA congelasse a imposição legal de pagar às empresas petrolíferas em kwanzas, se passássemos à fase anterior, que era o pagamento em dólar, facilitaria muito a economia do país. Enquanto o BNA estivesse a aguardar pela execução dos leilões e determinados sectores da economia estivessem em desespero, podem os bancos comerciais mexerem nas contas em dólares dessas empresas petrolíferas.

A vantagem de receber em dólar é que, para fazer pagamentos no exterior, não leva seis a sete meses como agora está a acontecer. Quando for para pagar em dólar, carrega-se no botão e o dinheiro segue. Por outro lado, as prestadoras de serviços a serem pagas em dólares, poderão facilmente man-

ter um nível de actividade de excelência que lhes permitirá tornar robusta a sua condição financeira. Se eu tiver, por exemplo, 100 milhões de dólares no banco, e por qualquer razão a moeda nacional, o kwanza, se desvaloriza, os meus 100 milhões de dólares hãode estar lá no banco. Na condição actual [de desvalorização constante], isso não acontece.

Como é que seria executado esse processo?

A USACC sugere que se encontre um mecanismo de negociação entre o BNA e os bancos comerciais de forma a permitir que os bancos comerciais possam, em determinado momento de aflição e de crise, por exemplo, com a necessidade de importação de medicamentos, ter acesso temporário aos dólares dessas companhias e prestadoras de serviços para acudir as necessidades dos importadores desse bem. E quando o BNA tiver os leilões prontos para serem executados, faz a reposição do valor utilizado.

Essa é a saída para as petrolíferas?

Se se partisse de uma negociação, provavelmente seria uma solução, porque isso retiraria o fardo sobre o BNA. Hoje, o BNA está asfixiado. É preciso haver esses mecanismos. É certo que, do ponto de vista de imagem e da segurança do próprio sistema financeiro, se pode questionar. Quem tem os seus depósitos quer que não sejam mexidos. Ao liquidarmos as empresas prestadoras de serviços estamos pura e simplesmente a criar problemas graves à economia. A nossa economia é totalmente dependente do petróleo.

A USSAC já fez chegar essa proposta ao banco central?

Há alguma receptividade em ouvir-nos. Agora cabe a sua implementação. A nosso nível, temos apresentado as nossas propostas às instituições. Temos enviados os documentos às empresas no sentido de despertar isso. O petróleo é uma commodity que movimenta o mundo. Se o petróleo subir a níveis exagerado, vai levar a desgraça países consumidores, se baixar, também leva a desgraça os produtores. Esse produto mexe com a vida de qualquer ser humano sobre o planeta.

6 Valor Económico Segunda-feira 16 de Maio 2016

Grande Entrevista

Disse que a diversificação em Angola não vai passar de um 'faz de conta'. Que relação faz entre o funcionalismo da Lei Cambial e o processo de diversificação económica?

Para haver diversificação da economia, é necessário, por exemplo, o investimento interno e externo. Para haver investimento interno, temos o empresariado privado, que tem de ter a capacidade de investir. Porque, por experiência, já vimos que os investimentos do Estado, directamente na economia, não funcionam. É necessário que haja, no mínimo, uma parceria público-privada, ou o estímulo ao investimento privado.

No passado, tivemos muitas empresas estatais no sector do Comércio, Agricultura, como noutros sectores da economia, que não se sustentaram. Se elas forem bem-sucedidas ou nã, vão continuar com o exercício das suas funções, porque aguardam pela injecção dos recursos do Orçamento Geral do Estado.

Para actividade privada não, porque a saúde das empresas vai depender das atitudes criativas e inovadores. Isto estimula a economia. E é importante que haja o estímulo ao investimento privado.

Acredita que, no curto prazo, o país consiga desenvolver a agricultura e a indústria transformadora?

Isso depende sempre da estratégia e da atitude da nossa liderança. Enquanto província ultramarina [de Portugal], o país viveu do café. Do museu das Forças Armadas até ao Porto de Luanda, por exemplo, todos os edifícios [antigos] foram construídos com o dinheiro do café. As casas da Cabral Moncada, ao Alvalade, eram dos magnatas do café. O dinheiro do petróleo só servia para as necessidades internas e uma pequena percentagem é que era exportada. Com isso, Angola pode tão-somente viver da agricultura, da indústria, sem ter necessidade de mexer no dinheiro do petróleo.

Qual é o tempo razoável para a que a diversificação económica aconteça?

Projectos de impacto na eco-

"Esta é a maior crise jamais vivida no pós-independência"

Qual era estado económico do país com o petróleo acima dos 100 USD?

Estávamos bem. Partindo do binómio procura e oferta, quando maior é a procura, os preços disparam. Com a redução da procura, os preços baixam. E foi o que aconteceu. A partir dai deu-se o colapso. Isso verifica-se também porque, apesar desses sinais que fomos obtendo desde 2012 a 2013, falava-se muito na diversificação da economia, mas o que é facto é que, quando se verificou a baixa do preço do barril do petróleo, vimos que, em termos de diversificação, quase não há nada porque continuamos a importar quase 90% dos produtos que fazem parte das nossas necessidades. Em todos os aspectos.

...E agora com a crise?

Posso dizer, sem medo de errar, que esta é a maior crise jamais vivida na pós-independência. Porque, nem mesmo na época em que Angola foi gerida em economia de guerra, quando tínhamos o país ocupado em cerca de 50%, nunca se viveu tanta crise quanto à actual.

Há produtos [importados] que vejo com certa tristeza. Até um palito de fósforo o país está a importar. Se precisar pregar uma madeira, há-de ter necessidades de importar. São coisas que, no passado, Angola já produziu. Mas são coisas que, a nível da USACC, nunca constituiu surpresa. Isso era um fenómeno esperado. Mas a situação é catastrófica.

Por que diz que esta é a mais difícil das crises desde a independência?

No passado, as pessoas continuavam a viajar normalmente, as importações decorriam normalmente. Houve um período muito crítico que foi quando atingimos uma inflação próximo dos 3000%, mas as importações e as deslocações [ao exterior] das pessoas continuavam a verificar-se. Hoje, com muita tristeza, vemos que bens de primeira necessidade começam a faltar. Esse é um sinal sério de que esta crise é forte e real. E, estando o país em crise, todos os integrantes dessa sociedade hão-de viver a mesma crise. Cada um a seu jeito, mas não acredito que alguém se sinta bem num fenómeno desses.

nomia levam de 5 a 10 anos. Se houver uma vontade política da parte da nossa liderança, em desenvolver esse processo de forma célere, entre 5 e 10 anos estamos estabilizados. Depende somente desses factores. Por exemplo, temos estado a esvair a nossa economia com a importação de combustíveis. Porque é que importamos, se a matéria-prima é local? E estamos independentes há 40 anos.

Quais são os custos de importação de combustíveis para o país? Há uma dada altura, o país

Há uma dada altura, o país queimava 10 mil milhões de dólares a importar combustível e a subvencionar. Ao fazermos a análises sobre as subvenções, esquecemo-nos de que estamos somente a atacar os efeitos e não as causas. A importação de combustíveis é um dos absorvedores dos recursos cambiais. Se, por qualquer razão, o BNA disser que não tem divisas para importar combustíveis, vamos assistir aos carros e aos aviões a ficarem parados. E depois surge a 'guerra' das priorizações: 'temos que

PERFIL

Pedro Godinho Domingos é

um empresário angolano, com destaque na indústria petrolífera. Formado em Engenharia de Minas e em Gestão de Negócios, preside ao conselho de administração da Prodiam -Oil Services - empresa angolana ligada ao Grupo Veleiro. Com mais de 20 anos de experiência no sector petrolífero e serviços associados, Godinho foi quadro de companhias com referência mundial no sector, como a Chevron Texaco e a Sonangol. Pedro Godinho é ainda fluente em inglês e um respeitado palestrante sobre 'oportunidades de negócios em Angola'.



fechar aqui, para priorizar ali'. Constitui alguma preocupação para a Câmara o facto de Angola ser quase uma potência em África de produção de petróleo e ainda assim importarmos combustíveis para pormos os nossos carros, aviões e outros meios a funcionar. A nossa produção anda entre 1,7 e 1,8 milhões barris/dia, mas, por incrível que pareça, ainda importamos combustíveis (refinados).

Quias são as necessidades internas concretas?

Angola neste momento precisa à volta de 110 a 120 mil barris/ dia, em termos de combustíveis, e essa refinaria [de Luanda], depois de expandida e reabilitada, só consegue fornecer 50% dessa necessidade. Os outros 50% são importados. Se produzimos 1,8 milhões de barris e pegarmos em 120 mil barris enviarmos para uma refinaria local, vamos precisar de recorrer aos cambiais? Vamos precisar de importar? A refinaria paga-nos em kwanza e com os kwanzas vamos injectar na economia.

5

Mil milhões de dólares, valor estimado dos gastos com a importação de combustíveis refinados, segiundo o entrevistado.

1,8

Milhões de barris, estimativa máxima da produção diária de petróleo em Angola.

Quanto é que se gasta, actualmente, com a importação de combustíveis?

Neste momento o país está a 'queimar', sem medo de errar, cinco mil milhões de dólares. Já viu esse valor aplicado noutro sector? Lembram-se do 'milagre' que foi realizado, entre 2003 e 2004, com os dois mil milhões de dólares emprestados pelos chineses? Viu qual é o salto que o país deu, em termos os de infraestrutura, com os dois mil milhões? Estamos a falar em cinco mil milhões [que Angola gasta com importação de combustíveis]. E há dois anos, antes do corte das subvenções, estávamos a gastar 10 mil milhões de dólares. Esses valores não seriam úteis para impulsionar outros sectores da economia, como a agricultura e a indústria?

Defende que Angola deve desenvolver mais a sua refinaria?

O negócio da refinação dá dinheiro. Resolveríamos o problema do fornecimento interno, deixaríamos de 'queimar' os cinco mil milhões de dólares em importação de combustíveis e a refinaria a funcionar em Angola pagaria impostos ao Estado. O litro de combustível em Angola é mais caro do que na África do Sul que não produz nenhuma gota de combustível.

O MELHOR DAS NOVELAS É NA ZAP QUE DÁ.





Fatmagul

SEGUNDA A SEXTA

18H00



SEGREDOS DO PARAÍSO

SEGUNDA A SEXTA

20H00



21H00











8 | Valor Económico Segunda - feira 16 de Maio 2016

Economia/Política

POR ALEGADA INDISPONIBILIDADE ANGOLANA

Assinatura de acordo com FMI em risco

FINANÇAS PÚBLICAS. O fecho do acordo que abre as portas ao FMI está dependente da autorização de José Eduardo dos Santos. Armando Manuel terá avançado para o pedido de financiamento sem o "consentimento expresso" do Presidente da República.

Por Mateus da Graça Filho



Segundo soube este jornal, as novas conversações tornadas públicas em Abril por Armando Manuel, com a instituição liderada por Christine Lagarde, terão ocorrido sem o "consentimento expresso do financiamento" por parte de José Eduardo dos Santos e o Presidente da República mostra-se agora indisponível em autorizar o ministro das Finanças a "fechar o negócio".

O desinteresse do chefe do Governo, como relatam as fontes, estará associado a apreciações de outras entidades oficiais que entendem a intervenção do FMI como "não sendo absolutamente emergencial", tendo em conta a disponibilidade de recursos que o país ainda possui, particularmente em reservas internacionais líquidas. A outra explicação estará relacionada com a agenda política do país que, no próximo ano, inscreve a realização das eleições gerais, que contrariam a lógica de cortes na despesa pública e exigem "gastos excepcionais", com os quais o Fundo Monetário Internacional não concordaria, uma vez assinado o acordo. Segundo as mesmas fontes, terá sido a surpresa com o teor das conversações com o FMI, causada à mais alta instância, que precipitou os esclarecimentos, em conferência de imprensa, e desmentido do propalado "resgate financeiro". O ministro explicou tratar-se então de um pedido de ajuda, no quadro do programa EFF, que serviria para apoiar a diversificação da economia, com a possibilidade de incluir um pacote financeiro não quantificado.



O Ministério das Finanças, em reação oficial ao VALOR, afirma, no entanto, que a agenda dos encontros com o Fundo mantém-se, estando a "verdadeira fase de negociações", no âmbito do pedido de assistência técnica formalizado em Abril, marcada para entre 1 e 14 do próximo mês de Junho. Esta semana deve chegar a Luanda uma equipa técnica do FMI para avaliação do quadro fiscal do país, um exercício regular que acontece fora das conversações sobre o acordo.

1,4

Mil milhões de dólares foi o valor do acordo Stand-by que em 2009 o FMI emprestou ao país. Até ao fecho desta edição, o jornal não pôde contar com os comentários do representante do FMI em Angola, Max Alier, para quem foi enviado um email, por via dos seus serviços de assistência em Luanda que informaram da sua ausência do país.

Em Abril, o Ministério das Finanças oficializou que o Governo tinha formalizado um pedido de assistência técnica ao Fundo, informação que desencadeou reacções dispersas na comunicação social, com a imprensa portuguesa particularmente a assinalar que Angola teria pedido "resgate financeiro" à semelhança de Portugal em Abril 2011, no último ano de mandato do socialista José Sócrates.

A nota oficial do Fundo confirmava que a instituição tinha recebido "um pedido formal das autoridades angolanas para começar negociações sobre um programa económico que pode vir a ser suportado pela assistência financeira do FMI".

Em Novembro de 2009, Angola já havia recorrido ao FMI para a assinatura da facilidade Stand-by que permitiu um financiamento de 1,4 mil milhões de dólares para apoiar o equilíbrio da balança comercial, com duração de 27 meses.

REGULADOR

Administradores do BNA tomaram posse

Os novos administradores do Banco Nacional de Angola (BNA), empossados, pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, manifestaram total disponibilidade em tornar a política monetária do BNA em instrumento eficiente no processo financeiro.

Tomaram posse, dois vice-governadores, Manuel António Tiago Dias e Suzana Maria de Fátima Camacho Monteiro e, quatro administradores, nomeadamente, António Ramos da Cruz, Gilberto Graça, Ana Paula Rodrigues e Samora Machel.

O governador Walter Filipe, em breves palavras, disse que o empossamento dos novos administradores enquadra-se no processo de reestruturação do Banco Nacional de Angola, em curso.



Segunda – feira 16 de Maio 2016



O GOVERNO já prepara a elaboração do OGE de 2017. A Comissão Económica e a Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros apreciaram o diploma que estabelece as regras e procedimentos para a elaboração do documento.



ANGOLA de 10 mil milhões USD e de outros apoios para combater a seca, segundo a ministra Fátima Jardim, quando lançava as actividades do Dia Mundial do Ambiente, que se celebra a 5 de Junho.



PAGAMENTO DO IPU AQUÉM DAS METAS

Multas atingem 1,6 milhões kzs

TRIBUTAÇÃO. A segunda prestação do Imposto Predial Urbano (IPU) está à vista, numa altura em que se contabilizam os baixos resultados do primeiro pagamento.

Por Isabel Dinis

s multas sobre o incumprimento da liquidação do imposto predial urbano (IPU) podem atingir até 1,6 milhões

cula o director nacional dos Serviços Fiscais, Miguel Panzo, em declarações exclusivas ao VALOR. As penalizações mais elevadas serão aplicadas aos contribuintes do grupo A (os que possuem contabilidade organizada), que, finda a segunda fase de pagamento do imposto, não se apresentarem voluntariamente à repartição fiscal. Para esses casos, a multa é de 800 mil kwanzas, mas pode ser reduzida para 240 mil, caso o contribuinte apareça. "Se não o fizer e obrigar as autoridades fiscais a fazerem a cobrança coerciva, então o valor passa para o dobro, ou seja, para 1,6 milhões de

kwanzas", explica Miguel Panzo.

No caso dos contribuintes do grupo B (os que não possuem contabilidade organizada), a multa pelo atraso no pagamento do IPU está fixada em 200 mil kwanzas, valor que pode reduzir para os 60 mil, se o contribuinte aparecer de "forma espontânea" para regularizar o incumprimento. "Caso seja a Administração Geral Tributária (AGT) a instar o cidadão, a multa passa para 400 mil kwanzas", avisa Panzo.

A dimensão das multas contrasta,

30

Por cento, margem de redução da multa pelo incumprimento dos contribuintes com contabilidade

no entanto, com os níveis de incumprimento registados na primeira fase de pagamento do imposto, lançada no primeiro trimestre deste ano. Os cálculos da autoridade fiscal admitem que o total de imóveis tributáveis pode atingir um milhão de contribuintes,. Mas, em termos de registos, estão contabilizados apenas 70 mil, sendo que nem todos desse número podem pagar impostos, já que o IPU incide apenas sobre imóveis com valor igual ou superior a cinco milhões de kwanzas.

Miguel Panzo acredita, no enatnto, numa maior adesão dos contribuintes em Julho próximo, por altura do pagamento da segunda fase. Os baixos números de Janeiro e Fevereiro ficaram a dever-se, sobretudo, "à falta de educação fiscal e ao pouco entendimento da lei, por isso a AGT deve continuar a divulgar a sua acitividade e a fiscalizar as situações de incumprimento".

À espera está a criação de brigadas de arrolamento que devem contribuir para as metas que apontam para o registo de todo o parque imobiliário do país, "apesar das dificuldades", principalmente de recursos humanos. "Não atingimos as metas, mas houve adesão dos contribuintes e a arrecadação de receitas deve crescer em relação aos outros anos", insiste o responsável do fisco, alertando que os faltosos serão notificados, através de editais, nas repartições fiscais, nas administrações e nos jornais de grande difusão, após a conclusão do trabalho de identificação. "A AGT está a avaliar a sua base de dados, inscrevendo mais imóveis. Está a identificar os contribuintes que não fizeram os pagamentos para se fazer a notificação edital desses contribuintes", antecipa.

O IPU pode ser pago de uma vez ou em duas prestações, nos meses de Janeiro e Julho de cada ano. O procedimento exige que o contribuinte se desloque à repartição fiscal da área da localização do imóvel, onde preenche o Documento de Liquidação de Impostos (DLI). De seguida, pagao IPU, na dependência bancária instalada junto da repartição ou através do Portal do Contribuinte.

CENSO POPULACIONAL

de kwanzas, cal-

Taxa de desemprego é de 24,2%

Mais de cinco milhões é o número da população angolana empregada, segundo dados estatísticos definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação, realizado em 2014, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). A taxa de emprego é de 40%, sendo homens 46,6% e mulheres 34,1% e a taxa de desemprego está estimada em 24,2%.



INDÚSTRIA

300 mil dólares na Huíla

Três milhões de dólares foram aplicados pelo grupo empresarial huilano "Dacanjo" na construção de duas fábricas de estruturas metálicas pré-fabricadas e de mobiliários. Deste valor, 2,3 milhões de

dólares são do programa "Angola Investe" e 700 mil dólares é o capital do grupo, segundo o presidente do conselho de administração do referido grupo, Daniel Kassinda Ngongo.

10 | Valor Económico

Economia/Política

FUNDO SOBERANO SERÁ O TUTOR

Governo privatiza sete projectos agrícolas

AGRICULTURA. Os contratos a serem celebrados entre o Ministério da Agicultura e as empresas contempladas terão duração de 60 anos e renováveis automaticamente por mais 30.



For Isabel Dinis

Governo aprovou a concessão de sete projectos de Desenvolvimento Agrícola, Agropecuários e Agroindustriais de fazendas de média e larga dimensões a agentes

privados.

A informação consta de um despacho, publicado em Diário da República, que autoriza o Fundo Soberano

de Angola (FSDEA) a deter a totali-

dade do capital social das sociedades concessizonárias dos projectos em substituição da Gesterra, a empresa pública tutelada pelo Ministério da Agricultura. O documento justifica a medida com a necessidade de "reestruturação, maior capacitação, investimento e melhoria da gestão para viabilização da sua exploração sustentável", com vista a alcançar o "desenvolvimento agrário através do aproveitamento do potencial de recursos naturais".

O despacho refere que as empresas devem priorizar a produção de bens de consumo interno e exportáveis e podem tomar posse de até 49% do seu capital societário, com a autorização do Presidente da República.

O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural é a entidade que vai celebrar os contratos com as empresas, processo que só pode ser concluído mediante a confirmação da detenção do capital social pelo FSDEA. O período de concessão vai vigorar por 60 anos, sendo automaticamente renovado por 30 anos.

A todos os projectos abrangidos pelo despacho "podem ser atribuídos os benefícios fiscais e aduaneiros que se mostrem necessários para a viabilidade económica e financeira" refere o documento. "Atendendo ao objectivo a atingir com as concessões, devem todas as autoridades agilizarem a emissão das licenças e autorizações

que se mostrem necessárias e exigíveis no exercício da actividade."

Um técnico do Ministério da Agricultura declarou, sob anonimato, ao VALOR que a alteração se deve à possibilidade do Estado "de recurso a linhas de crédito internacionais a que as empresas angolanas não teriam condições de aceder". O técnico observa ainda que o objectivo dessa parceria público/privada visa assegurar a eficiência do sector privado na gestão. "Os projectos vão estar sob tutela do Fundo Soberano. Não vão deixar de ser do Estado. O Fundo Soberano vai apoiar financeiramente através da banca comercial ou do BDA".

O técnico assegura que o processo de privatização parcial que está a decorrer já estava previsto e acrescenta que "nem o Estado nem o Ministério estão vocacionados para gestão de projectos".

GESTERRA 'SAI DE CENA'

Os projectos abrangidos eram geridos pela Gesterra, empresa responsável pela gestão e exploração de terras aráveis e de projectos agroindustriais e pecuários do país.

Concebidos para suprir as necessidades de alguns produtos como arroz, feijão, ovos, farinha, milho, soja entre outros, foram abrangidos os projectos Fazenda Pedras Negras, Longa, Caimangala, Cuimba, Manquete, Camacupa e do Sanza Pombo.

CUSTO É IGUAL DESDE 2005

INACOM vai alterar tarifário da telefonia móvel

Por Valdimiro Dias

custo dos serviços de telefonia móvel deve ser reajustado nos próximos tempos, segundo indicações de Lionel Augusto, uncionário sénior do Instituto National das Telecomunicações (INA-

funcionário sénior do Instituto Nacional das Telecomunicações (INACOM) que justifica a medida com o facto de a tarifa estar desactualizada. O INACOM não antecipa a previsão

da concretização do reajuste nem os valores das futuras tarifas, mas refuta as reclamações sobre a eventualidade de as operadoras terem avançado já com mexidas nos preços das taxas de voz e de internet, de forma unilateral. "O valor de UTT (Unidade Tarifária de Telecomunicações) mantém-se, é o mesmo desde 2005. Ou seja, 7,2 kwanzas por UTT", esclarece Lionel Pinto, reagindo às dúvidas constantes de vários clientes.

O diretor para as relações institucionais da Unitel, Humberto Mbote, explicou, por sua vez, que os preços das telecomunicações são regulados e não cabe aos operadores proceder alterações unilaterais. "O procedimento padrão passa por manifestar a intenção junto do órgão regulador que pode anuir ou não para se proceder



um ajuste aos UTT", afirma, admitindo "pressão grande" nos custos pela desvalorização a que a moeda nacional assistiu, comparativamente aos preços fixados há mais de 10 anos. Ao intervir no último fórum da Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa, realizado em Luanda, o ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, José Carvalho da Rocha, declarou que, nos últimos 15 anos, a prestação de serviços de telecomunicações "tem vivido uma constante evolução, caracterizada por uma modernização dos serviços e maturação do mercado".

O ministro indicou, na altura, que Angola possuía mais de 14 milhões de utilizadores de celulares e registava um crescente aumento de utilizadores da internet, resultante dos investimentos realizados nos últimos anos. Angola possui duas operadoras de telefonia móvel, a Unitel e a Movicel, mas há previsão de entrada da operadora pública Angola Telecom, neste segmento, fruto de um processo de reforma que decorre na empresa.

Segunda-feira 16 de Maio 2016 Valor Económico | 11

CERCA DE 5,3 MILHÕES DE KWANZAS foram arrecadados pela Repartição Fiscal do Luena, província do Moxico, através do pagamento do Imposto Predial Urbano, durante o primeiro trimestre do ano, informou fonte da instituição.

A AGÊNCIA PARA A PROMOÇÃO DE INVESTIMENTO E EXPORTAÇÃO DE ANGOLA revelou, em Luanda, que 70% das intenções dos projectos de investimentos privados são do ramo da indústria transformadora.

MAIS DE 22 DEVEM SER ERGUIDOS ATÉ 2025

Pólos industriais aguardam por investidores

INDUSTRIALIZAÇÃO. Pelo menos 22 pólos de desenvolvimento industrial devem ser erguidos no total sendo que 12 já estão em obras, num processo liderado pelo Ministério da Indústria e que deve durar cerca de 10 anos.

Por José Zangui

iniciativa governamental surgiu, segundos os seus mentores, em resposta às constantes reclamações, por parte de investidores, em relação aos elevados custos operacionais que o processo de implementação de projectos industriais impõe no país.

Assim, 22 pólos de desenvolvimento industrial deverão ser erguidos em Angola, até 2025, no quadro de um processo que já está em curso.

Do total previsto, mais de 12 pólos têm as suas obras de loteamento a decorrer, havendo já alguns com fábricas em funcionamento. Por exemplo, no pólo de Catumbela, em Benguela, já funcionam dez fábricas.

Trata-se de unidades vocacionadas para o fabrico de fraldas descartáveis, emulsões/betumes, processamento de produtos alimentares, estruturas metálicas, chapas, peças subsalentes, painéis, indústria alimentar, bem como de tubos de aço e alfaias agrícolas.

No município de Negage, província do Uíge, 17 empresas começaram já a ser instaladas, no pólo industrial local. Algumas dessas unidades já funcionam, sendo de destacar as fábricas de colchão de esponja, de tijolos e a de água de mesa. Enquanto, na Caála, no Huambo, 22 duas empresas também já receberam os seus títulos de ocupação.

As obras de loteamento em vários pólos serão feitas num espaço total de 37.800 hectares, mas a primeira fase prevê infraestruturar 13.200 hectares, em 10 anos, um processo que deverá implicar um investimento de 567,3 mil milhões de kwanzas, segundo fontes oficiais.

O programa tem sido financiado, entre outras fontes, através de países asiáticos, nomeadamente a Coreia do Sul, China e Índia, sobretudo a parte da infraestruturação.

Neste processo, o Governo tem a responsabilidade de criar as infraestruturas, mas o papel de erguer as indústrias, nos seus diversos ramos, ficou reservado ao sector privado.

De todos os pólos em projecto, o de Viana é o maior com uma área de 2.700 hectares divididos em três zonas. Neste espaço, são atri-

localização dos polos

buídos títulos de ocupação apenas mediante a apresentação de projectos com prazos tangíveis, findos os quais, e havendo incumprimento, o espaço passa para outro projecto com melhores probabilidades.

Alguns especialistas entendem que a construção de pólos industriais constitui uma das saídas para o início do processo de industrialização. No entanto, sublinham que o país ainda tem problemas de falta de energia e água, e que a economia ainda funciona muito à base de geradores, factores que encarecem muito os custos operacionais.

Devido a estes factores, o programa de industrialização observa também assimetrias regionais, com o litoral a registar mais industrias do que o interior do país

A ministra da Indústria, Bernarda Martins, referiu, recentemente, que todos os pólos são prioritários, mas há aqueles que têm algum desenvolvimento e que ainda

assim precisam de alguma revisão, exemplificando com o caso do pólo industrial de Viana.

O Programa de Investimento Público (PIP) deste ano prevê um investimento de 1,6 mil milhões de dólares para a criação de infraestru-

investimento inicial previsto para infraestruturação dos pólos. Os demais serão erguidos à medida em que o Estado for captando

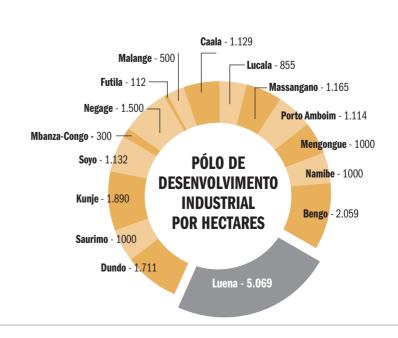
Anos, período calculado pelo Ministério da Indústria para pôr em disposição dos investidores mais de metade dos pólos previstos.

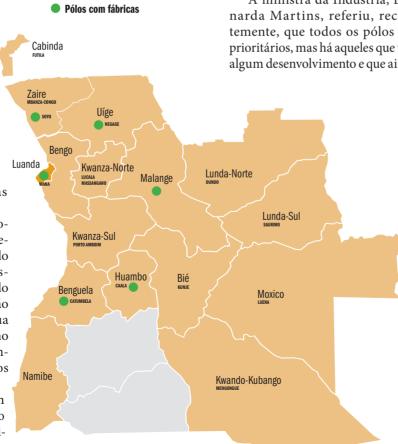
turas, em seis Pólos de Desenvolvimento Industrial. Estão abrangidos os pólos da Caála (Huambo), Soyo (Zaire), Negage (Uíge), Malange (Malange), Lucala (Kwanza-Norte) e Porto Amboim (Kwanza-Sul), de acordo com o secretário de Estado da Indústria, Kiala Gabriel, numa palestra na Expo-indústria, em 2015.

CHINESES NA DESMATAÇÃO

No princípio deste ano, o Governo anunciou, no Jornal de Angola, a abertura de um concurso público destinado a empresas chinesas para a conclusão das infraestruturas de sete pólos, nomeadamente de Menongue (Kuando Kubango), Malanje, Massangano (Kwanza-Norte), Soyo (Zaire), Caála (Huambo), Negage (Uíge) e de Porto Amboim (Kwanza Sul).

O documento define que as empresas chinesas concorrentes devem constar na lista emitida pelo governo da China e devem subcontratar empresas angolanas para a incorporação de conteúdo local num montante não inferior a 20% do valor da empreitada.





12 | Valor Económico

Reportagem

RENDAS, COMBUSTÍVEIS, IMPOSTOS E TRÂNSITO.

Os custos da 'felicidade' nas centralidades de Luanda

CUSTO DE VIDA. Os custos de viver nas novas centralidades, em Luanda, ultrapassam os cem mil kwanzas por mês. O que era um sonho está a tornar-se num pesadelo para muitos, que foram `surpreendidos´ com o pagamento de taxas e impostos. Há mesmo quem esteja a regressar para `o seu musseque´, devido ao elevado custo da `felicidade nas centralidades´.

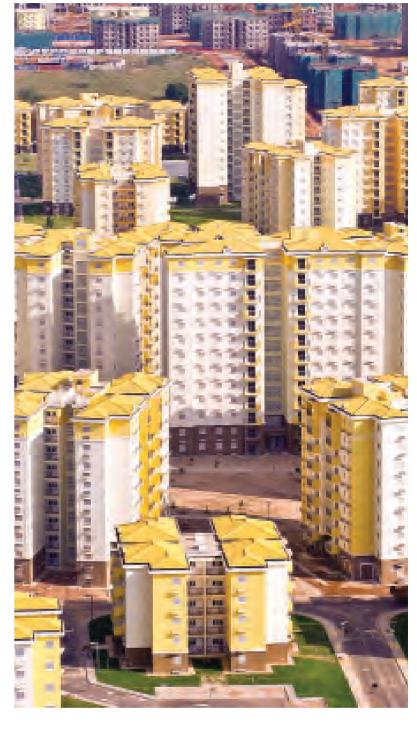
Por António Miguel

elo menos, 158
mil kwanzas é o
que os moradores do Kilamba,
Zango e Sequele,
e m Luanda,
pagam por mês
para a manutenção da sua estadia
naquelas centralidades construídas
pelo Estado angolano, sendo que

os valores atingem os 1,9 milhões de kwanzas, quando calculados na perspectiva anual.

As contas foram feitas pelo VALOR, com base em seis serviços que os moradores das centralidades estão obrigados a pagar mensalmente. Deste modo, foram

seleccionados, a renda resolúvel da casa, taxa de condomínio, energia, água e combustíveis vs transportes. Embora não sejam obrigatórios, a creche ou empregada doméstica também foram seleccionados, pelo facto de muitos moradores recorrerem a esses serviços. Assim, as duas



O PRECO DE MORAR NAS CENTRALIDADES

O VALOR calculou seis serviços que moradores das novas centralidades estão obrigados a pagar mensalmente. Os números aqui apresentados são estimativas médias dos custos dos serviços seleccionados. Embora não sejam obrigatórios, a creche ou empregada doméstica (que juntos perfazem o item seis) também foram escolhidos, pelo facto de que muitos moradores recorrem a esses serviços.







DURAÇÃO DE PAGAMENTO DA RENDA 20 a 30 anos e a média é de 50 mil kwanzas

40

Mil kwanzas, valor pago para creche ou empregada de limpeza



3

COMBUSTÍVEL PARA O CARRO 48 mil kwanzas (12 mil kwanzas por semana).





ÁGUA 5 mil kwanzas

TAXA DE CONDOMÍNIO (INCLUÍDO JARDINAGEM, SEGURANÇA E LIMPEZA 10 mil kwanzas Segunda-feira 16 de Maio 2016

Valor Económico 113

10,5

O PROJECTO Aldeia Nova, no Kwanza-Sul, produz todos os dias 150 mil litros de leite e 290 mil ovos. Investiu 10,5 milhões de dólares, na montagem de uma fábrica de caixas e cartões de ovos.



EMPRESÁRIOS do Reino Unido pretendem investir na agricultura, energia, minas e em outras áreas da Lunda-Norte, garantiu o embaixador britânico, John Dennís, durante uma visita realizada naquela província.

variáveis aglutinadas compõem um item, o que perfaz o total de seis serviços escolhidos. Os apartamentos estão avaliados entre 60 e 120 mil dólares, mas grande parte dos ocupantes paga mensalmente, no formato de renda resolúvel. Em média, os moradores desembolsam para a renda resolúvel 50 mil kwanzas/mês.

Por razões contratuais, esta prestação tem uma duração que varia entre os 20 e 30 anos. A taxa de condomínio ronda os 10 mil kwanzas, cinco mil kwanzas é o que se paga pela energia, valor igual ao que se cobra pela água.

Grande parte dos habitantes do Kilamba, Zango e Sequele possui pelo menos um carro e trabalha no centro de Luanda, pelo que por mês chega a gastar 48 mil kwanzas de combustíveis para se descolocar de casa para os postos de trabalho e vice-versa, numa distância que ronda entre os 25 e 40 quilómetros. Até aqui, estão contabilizados cinco serviços, que atingem um custo de 118 mil kwanzas por mês.

Os préstimos de uma creche ou de uma empregada doméstica são muito procurados por aquelas paragens. Em média, o custo de um destes serviços gira em torno dos 40 mil kwanzas/mês. Adicionado a este montante o custo de morar nas centralidades atinge 158 mil kwanzas por mês, sendo que o valor global chega aos 1,9 milhões de kwanzas/ano. Esses números ultrapassam os do salário mínimo nacional que nem sequer atingem os 200 mil kwanzas/ano.

Os resultados são as estimativas de valores médios desembolsados pelos habitantes por cada serviço de pagamento obrigatório nos três centros urbanos. De fora, ficaram os custos ligados ao lazer e entretenimento, bem como os de produtos alimentares comercializados em superfícies e restaurantes, situados nas centralidades.

Aos 158 mil kwanzas/mês também não foram acrescentados os custos de colégios e transportes

O PESO DO ENGARRAFAMENTO

O engarrafamento no trânsito é um outro quebra-cabeça que apoquenta os moradores das centralidades, que distam entre 25 e 40 quilómetros da cidade de Luanda. Claramente, esse trajecto não é feito de 'ânimo leve', já que obriga os 'centralinos' que trabalham no centro e entram às nove, a sair de casa antes das cinco horas e 30 minutos. De acordo com os interlocutores, grande parte dos combustíveis dos carros evapora, suportando o congestionamento no trânsito. O custo provocado pelas quatro horas em média perdidas para os engarrafamentos matinais e vespertinos está a levar vários habitantes a repensar a sua estadia nas centralidades. Além do stress que o transito provoca, obriga a dormir tarde e a acordar mais cedo do que o normal, reduzindo o tempo de convivio familiar.

Casos há em que toda a família (pai, mãe e filhos) sai de casa às quatro horas e terminam o sono na cidade, dentro do carro, ou em casa de um parente para não comprometer a agenda diária. Já no regresso, preferencialmente `abandonam' Luanda às 22 horas, tudo para escapar do `maldito engarrafamento'.

48

Mil kwnzas é o que aqueles habitantes gastam mensalemente para o combustível dos carros. escolares nem os cem mil kwanzas que geralmente se cobram para se ter acesso a salões de cerimónias fúnebres e festivas. Há habitantes de centralidades que possuem mais de um carro, mas as contas com o combustível abrangeram apenas um dos veículos.

De custos ainda não é tudo. Moradores das centralidades vão pagar nos próximos tempos o Imposto Predial Urbano (IPU). Por enquanto, o custo com o IPU ainda não foi estipulado, encontrando-se em análise a nível governamental.

Mas a Administração Geral Tributária está já a montar os seus balcões a nível das centralidades, esperando apenas o sinal verde para arrancar as cobranças. A taxa de lixo, anunciada recentemente pelo governador de Luanda, Higino Carneiro, configura um outro pagamento que também vem aí para `tirar o sono' daqueles habitantes. Já se sabe que citadinos do Kilamba, Zango e Sequele vão pagar mais do que os moradores das zonas periurbanas e periféricas.

REGRESSAR À PROCEDÊNCIA

Em Março de 2014, várias famílias foram desalojadas de apertamentos nas centralidades, com maior destaque para o kilamba. Se estas, acusadas de ocupação ilegal das casas, foram obrigadas a regressar à procedência, actualmente, há quem esteja a voltar ao seu musseque por razões de elevado custo de vida naqueles centros urbanos.

Há ainda quem esteja a sub-arrendar o seu apartamento, na tentativa de suprir as obrigações contratuais de ordem financeira. Em conversa com moradores, demos conta ainda de que muitos não tinham noção que haveriam de pagar este preço para 'ser feliz nas novas cidades'. Outros, mesmo sabendo da sua incapacidade financeira, ocuparam as casas, na esperança de que, posteriormente, o Estado deixaria de cobrar rendas por altura das eleições.



PUB



A Macon Transportes está presente por toda Angola, excepto Cabinda, transportando pessoas para lazer ou trabalho há mais de 14 anos.

Realizamos os serviços de Aluguer, Fretamento e Turismo, para atender viagens de passeios, negócios e encontros diversos, além de soluções customizadas e adequadas para o transporte de funcionários de empresas entre suas casas e locais de trabalho.

Dispomos de estrutura própria de atendimento e a frota mais nova do país, monitorada via satélite que significa maior segurança e pontualidade durante as viagens.











A Macon têm as melhores opções para suas necessidades em Transporte, com serviços diferenciados com foco total no Conforto, Segurança e na Qualidade.





14 Valor Económico Segunda-feira 16 de Maio 2016

Mercado & Finanças

BANCO SUL-AFRICANO SAIU DO PAÍS EM 2010

Absa Bank desiste de regressar a Angola

BANCA. Em 2005 entrou no capital do BCA, em 2009 foi 'forçado' a ceder sua posição de acionista, em 2010 começou a urdir planos de regresso, mas em 2016 diz que já não avança. A "atribulada" história do Absa Bank em Angola.

Por Cândido Mendes



o VALOR de fonte da instituição, que, no entanto, declinou justificar a decisão do grupo.

O Absa é uma subsidiária do Barclays Africa, (por sua vez, também parte do grupo inglês Barclays Bank Group), com presença em todos os países da África Austral excepto Angola.

Em 2010, o grupo traçou uma estratégia de crescimento que incluía a cobertura da região, com um regresso a Angola que passaria pela compra de activos em bancos locais. Os planos

previam também a expansão para a África Ocidental (Nigéria) e Oriental (Quénia). Passados seis anos, apenas a Nigéria permanece nas contas, país onde já opera com um escritório de representação. E o porta-voz do banco para África, Calvin Mashigo avança que já iniciaram conversações com os reguladores daquele país para a obtenção de licenças. No caso de Angola, "não temos presença operacional", respondeu por mail, indicando que "nunca se pode descartar nada", ainda que, de momento, o grupo esteja focado em crescer, nos mercados em que já opera.

A Nigéria, o maior produtor de crude no continente, partilha muitas das especificidades dos países 'abençoados' com o petróleo, com destaque para a mono-dependência da economia, no entanto, a resposta que tem dado á crise é diametralmente oposta à que Angola tem seguido, segundo analistas internacionais. O gigante africano, em termos de economia e população, com excepção do

controlo da moeda, tem optado por maior liberalização, enquanto Angola adopta mais regulação do mercado, colocando-se assim, em fase de crise mais atractivo.

A desistência do Absa marca assim mais uma reviravolta na sua relação com Angola. Em 2005 adquiriu 50% de participação no Banco Comercial Angolano, elevando o seu capital social para 15 milhões de dólares na altura. Menos de quatro anos mais tarde, em meados de 2009, o ABSA "sai" do BCA, oficialmente por término da "parceria", mas várias vozes admitiam que os sul-africanos foram forçados a sair, numa altura que pretendiam aumentar as suas acções para uma posição maioritária, tal como o são em todos os bancos na região.

Em 2010, o banco – conhecido por ser um investidor de longo prazo – reafirmou o seu interesse de regressar ao mercado nacional, anunciado

15

Milhões de dólares, valor nominal a que atingiu a participação do Absa no BCA em 2005.



uma estratégia concreta para o país que estaria em fase de preparação. Em 2016, Angola deixou de integrar os planos e Calvin Mashigo declinou fazer comentários a respeito.

ANGOLA, RÁPIDO CRESCIMENTO

O sistema financeiro angolano registou um desenvolvimento particularmente rápido, com os depósitos bancários a aumentarem de 21% para 49% em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), e os empréstimos bancários a subirem de 5% para 24% do PIB entre 2005 e 2013 segundo estudos do FMI, divulgados em Abril passado. Indicadores que criam apetência de vários bancos com intenções expansionistas, incluindo o Absa.

Essas intenções esbarram várias vezes com imposições do mercado, em que se incluem exigências de participações de empresas, às vezes, sem "track record" no sector. O envolvimento com pessoas politicamente expostas (PPE) é outros dos constrangimentos que vários bancos internacionais apontam, já que são limitados por legislações dos seus países, quanto a esse perfil de investidor. Analistas locais e estrangeiros têm apontado ainda os baixos níveis de 'compliance' e 'due dilligence' na banca angolana que fizeram com que grandes bancos se tenham afastado do país, casos do City Bank, HSBC, Standard Chartered, ante a receios de pesadas penas nos países de origem.

COM PALESTRAS DURANTE TODO O MÊS DE MAIO

CMC leva mercado de capitais às Universidades

Várias palestras sobre a importância do mercado de capitais estão agendadas para este mês de Maio entre a Comissão do Mercado de Capitais (CMC) e várias instituições de ensino superior, de acordo com, José Matoso, director do departamento de Comunicação e Apoio ao investidor do organismo, citado no portal do Ministério das Finanças.

A CMC justifica a realização dos encontros com estudantes com a necessidade de preparação dos futuros investidores à bolsa. A instituição defende também que os futuros operadores e investidores "carecem de uma base alargada de informação" relacionada com

determinados conceitos do mercado bolsista.

"Para além das Universidades, vamos estender este projecto às escolas do ensino primário, secundário e médio de instituições públicas e privadas, para uma maior divulgação dos serviços da CMC", afirmou José Matoso.

Dos temas a debater, constam a 'importância do aumento de consciencialização dos potenciais investidores para a necessidade de financiamento à economia', através de fontes alternativas, nomeadamente a agricultura, pesca, indústria e turismo, no sentido de tornar o país cada vez menos dependente do sector petrolífero.

Segunda-feira 16 de Maio 2016

O BNA colocou, de 3 a 6 de Maio, 44,3 mil milhões de kwanzas em Bilhetes do Tesouro nos prazos de 91, 182 e 364 dias. As taxas de juro das maturidades de 181 e 364 dias sofreram aumentos de 0,12 e 0,17 pontos percentuais (pp) para 17,17% e 18,22%, respectivamente, e uma redução 0,02 pp para 14,87% no prazo de 90 dias.



O BANCO CENTRAL decidiu fixar a taxa básica de juro em 14% pelo menos até final do mês, após o aumento de dois pontos percentuais em Março. A decisão consta do comunicado final da reunião mensal (Abril) do Conselho de Política Monetária (CPM) do BNA, divulgado sexta-feira passada.

COM A EMISSÃO DE TÍTULOS E OBRIGAÇÕES PELA BODIVA

Bancos emprestam 179,3 mil milhões Kz ao Estado em 11 meses

DÍVIDA PÚBLICA Seis bancos comerciais compraram 1.933,2 milhões de títulos e obrigações emitidos pelo Governo. Transações deram folgas de 179,3 mil milhões de kwanzas aos cofres do Estado. BFA foi o maior comprador da dívida pública, em operações realizadas pela Bolsa de Dívida e Valores de Angola.

Por Nelson Rodrigues

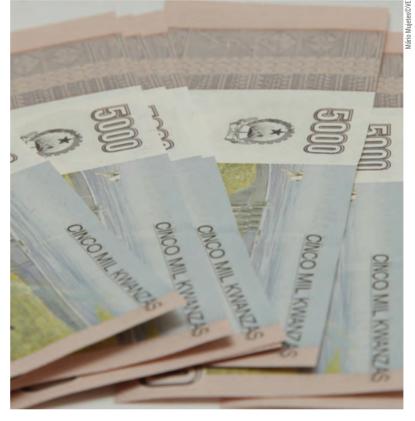
s negociações realizadas pela Bolsa de Dívidas e Valores de Angola (BODIVA) renderam ao Estado 179,3 mil milhões Kwanzas, entre Maio do ano passado e Abril deste ano, com a emissão de 1.933,2 milhões de Títulos e Obrigações do Tesouro, de acordo com cálculos do VALOR, com base nos relatórios dos últimos onze meses de negociação do organismo.

De Maio a Dezembro do ano passado, foram emitidos 602.173 Títulos e Obrigações do Tesouro, com os quais o Estado captou 92,5 mil milhões de Kwanzas, saídos de seis bancos, designadamente o BFA, o BAI, o Millennium Angola, o Standard Bank, o Privado Atlântico e o BNI.

Ao montante do ano passado, somam-se 1.331 milhões de emissões de Títulos e Obrigações das negociadas de Janeiro a Abril deste ano, com as quais o Estado encaixou 86,8 mil milhões Kwanzas.

Individualmente, o BFA foi a entidade que absorveu maior número de títulos do Tesouro. Ou seja, dos 179,3 mil milhões Kwanzas, o banco responde por 68,9%, reflectindo a média percentual de absorções do banco nas operações realizadas nos 11 meses. Em Maio de 2015, período em que se deu a negociação inaugural, o banco de Emídio Pinheiro foi o único comprador da dívida, ao captar 27.779 obrigações

Seguem-se os bancos Millennium Angola e o Angolano de Investimento, que participam com 9,7% e 9,4%. As restantes contribuições



vieram dos bancos Standard Bank, Privado Atlântico e do BNI, com 6,4%, 3,4% e 2,2%, respectivamente.

A BODIVA considera que, ao dar a conhecer os termos dos negócios – preço e quantidade – realizado no período, "irá concorrer para o aumento da transparência e da confiança dos investidores, bem como para a formação de uma curva de preços para os activos nele registados, que deverão servir de referência para futuras transacções".

Os recursos captados, através da emissão de Títulos ou Obrigações do Tesouro, contribuíram para o pagamento de despesas correntes como, por exemplo, salários, subsídios ou bens e serviços, na gestão da Administração Pública.

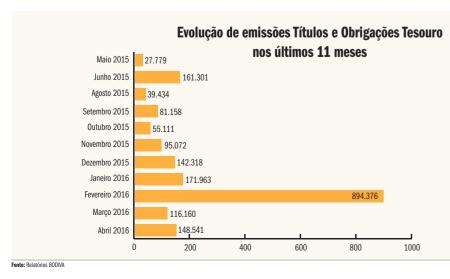
Os níveis de endividamento do país têm observado, nos últimos anos, uma tendência de crescimento. Dados oficiais apontam que, em quatro anos, o stock da dívida interna governamental aumentou cerca de 56,4%, ao sair de 13,92 mil milhões de dólares, em 2010, para 21,78 mil milhões, em 2014. Já o stock da dívida externa aumentou 217,5%, de 9,51 mil milhões dólares para 30,2 mil milhões.

FMI ALERTA PARA O PERIGO DA DÍVIDA

A desaceleração da economia e as quebras constantes no preço do petróleo têm forçado o Governo a alargar a sua base de recursos financeiros. Um objectivo sobre o qual o Fundo Monetário Internacional (FMI) já emitiu uma opinião. De acordo com as previsões da instituição, a dívida pública angolana ultrapassou o limite legal de 60% em 2015, ao fixar-se nos 7,7 biliões Kz, correspondentes a 62,3% do PIB de 12,3 biliões Kz.

De acordo com o regime jurídico de emissão de dívida, prevista pela Lei 1/14, de 6 de Fevereiro, a dívida pública interna externa, de curto, médio e longo prazo, não deve exceder os 60% do PIB. A lei define dívida pública como o conjunto das situações passivas que resultam para o Estado do recurso ao crédito público, directa ou indirectamente.

Um exemplo de individadmento directo são as emissões de titulos, em quanto no caso da dívida indirecta, também chamada de acessória, o Estado (ou outra entidade pública) responde subsidiariamente pelas dívidas de terceiros, sendo posteriormente reembolsado.





16 Valor Económico Segunda - feira 16 de Maio 2016

Mercado & Finanças

TPA E TAAG PRIVILEGIADAS EM VENDAS DO BANCO CENTRAL

Dólares do BNA apenas para empresas públicas

LEILÃO: Banco central fez uma única venda no valor total de 3,6 milhões de dólares destinados a cobrir pagamentos no exterior das Linhas Aéreas de Angola e da Televisão Pública de Angola. Moeda estrangeira foi vendida entre 3 e 6 de Maio, três semanas depois do 'jejum' de divisas à banca comercial.

Por Nelson Rodrigues

Banco Nacional de Angola (BNA) vendeu, de 3 a 6 de Maio, divisas no valor de 4,1 milhões de dólares aos bancos comerciais, desti-

nados a cobrir responsabilidades com exterior das empresas Transportadora Aérea Angolana (TAAG) e da Televisão Pública de Angola (TPA), as únicas entidades públicas referidas no relatório do banco central.

De acordo com o BNA, os leilões foram realizados em duas moedas de referência internacional. Ou seja, foram disponibilizados 1,9 milhões de dólares e 2,0 milhões de euros, que totalizam (ao câmbio de 1,14 dólares por cada euro), 4,1 milhões USD.

Ao que o VALOR apurou, os dólares que os bancos foram obrigados a vender à TPA poderão servir para cobrir, entre outros, despesas com a compra de equipamento e pagamento a funcionários em deslocações para o exterior. Do montante destinado à estação pública, poderá ainda abranger o pagamento do satélite e manutenção do sinal da TPA-Internacional, que, durante semanas, ficou fora de serviço.

"A TPA também paga os colaboradores que actuam no estrangeiro. Esses recebem em moeda estrangeira. A televisão compra os sinais dos jogos das competições africanas e europeias [jogos da liga dos campeões] e os documentários. Isso é pago em dólar", contou uma fonte da televisão estatal.

A fonte do VALOR revela ainda



que as ajudas de custos da TPA pagas a funcionários em viagens de serviços ao exterior vão de 150 a 200 dólares, para países africanos, e de 200 a 300 dólares, entre os continentes europeu, americano e asiático. "Há países críticos em que o valor das ajudas de custos é pouco mais alto", disse a fonte, apontado para o custo de vida de casa região.

Para a companhia aérea nacional, o montante poderá dar cobertura a custos com a manutenção dos aviões, que, normalmente, é feita no exterior, pagamentos de estacionamento em aeroportos, compras de peças de reposição dos aparelhos e pagamentos com hotéis para os pilotos e hospedeiras, de acordo com várias consultas.

Uma parte desse montante poderá ser aplicado em contratos de abastecimentos de combustíveis. Outra possibilidade é, segundo uma recente

MEMORIZE

• Na última reunião do Comité de Política Monetária (CPM), realizada na última semana de Abril, o banco central recomendou aos bancos comerciais "uma afectação criteriosa dos escassos recursos disponíveis de maneira a contribuírem para a satisfação das necessidades essenciais da população".

reportagem da BBC Mundo, pagamentos serviços com restaurantes que servem comidas para os voos, entre domésticos e internacionais. "Para a Avianca, o custo por passageiro para servir uma refeição na classe económica varia de 1 a 13 USD, dependendo da distância do voo", disse Cláudia Arenas, directora de comunicação

e assuntos corporativos da empresa, citado pela BBC.

Nas duas semanas anteriores, o banco central não disponibilizou divisas, quer em dólar, quer em euro, depois da última venda realizada no período de 18 a 22 de Abril, com uma colocação de 1,1 milhões de euros, equivalentes a 1,2 milhões de dólares.

DIVISAS MAIS VIGIADAS

Depois de duas sessões de leilões exclusivas para companhias aéreas e para TPA – mecanismo adoptado para a distribuição prioritária de moeda estrangeira –, o BNA volta a lembrar aos agentes económicos sobre as necessidades e dificuldades que o país vive em matéria de absorção de recursos em divisas.

Na última reunião do Comité de Política Monetária (CPM), realizada na última semana de Abril, o banco cen4,1

Milhões USD, valor global do leilão de divisas do BNA na primeira semana decto môs

1,2

Milhões de dólares, volume de divisas vendidas pelo BNA na penúltima semana de Abril.

tral recomendou aos bancos comerciais "uma afectação criteriosa dos escassos recursos disponíveis de maneira a contribuírem para a satisfação das necessidades essenciais da população", dentro das linhas da estratégia do Governo para a saída da crise.

O CPM apela ainda para o "maior controlo e responsabilização dos agentes promotores do mercado informal" de moeda estrangeira e incentiva a supervisão do BNA a ser "mais actuante e enérgica na preservação da ética e cumprimento das normas do sistema financeiro".

"O CPM incita os bancos comerciais a operarem, segundo as normas prudenciais e as boas práticas internacionais, no combate ao branqueamento de capitais e à fuga de divisas, no sentido de encontrarem soluções inovadoras e atractivas que contribuam para a preservação das poupanças dos agentes económicos no geral e das famílias em particular", lê-se no comunicado do BNA.





SOMOS PELA INFORMAÇÃO ISENTA.

Na TPA estamos todos de acordo: é preciso falar claro para entender a actualidade nacional e formar opinião. Por isso, o programa de análise e debate da TPA tem um novo rosto e formato. Assista ao painel de jornalistas experientes que comentam os principais temas da semana, liderados por **Adalberto Lourenço**.

Todas as sextas-feiras depois do Telejornal, em directo na toq.

Reposição às segundas-feiras à 01h.



18 | Valor Económico

Empresas & Negócios

REFINARIA DO LOBITO

Escolha de parceiros atrapalha construção de Refinaria

INVESTIMENTOS. Pelo menos quatro empresas de origem estrangeira terão sido já sondadas pela Sonangol para viabilizar o projecto de construção da refinaria do Lobito, chegaram a ser firmados acordos mas nenhum foi avante. Negócio com indianos pode ser ensombrado por acordos passados não cumpridos.



Por António Nogueira

processo de construção da refinaria do Lobito ganhou novos contornos na semana finda, desde o lançamento da primeira pedra em

2012, com a anunciada parceria entre a Sonangol e a empresa Engineers India Limited (EIL), para a viabilização do projecto.

A notícia, divulgada em comunicado pela empresa indiana, não antecipa os valores da contratação. No entanto, apesar de não ter havido qualquer reacção oficial por parte da Sonangol, alguns especialistas contactados pelo VE arriscam-se a vaticinar que o negócio deverá constituir apenas mais uma etapa do processo de construção da refinaria do Lobito.

O especialista em energia, José Oliveira, reforça que o projecto (refinaria do Lobito) se tornou praticamente inviável, nos dias que correm, por razões que, primeiro, atribuiu ao seu elevado custo e, depois, a dificuldades por parte da Sonangol em encontrar parceiros estratégicos para a viabilização do projecto.

Para além da EIL, a Sonangol já havia tentado também estabelecer parcerias com a empresa norte--americana, KBR, a espanhola ENI e a petrolífera chinesa SINOPEC. No entanto, sem nunca efectivar os 14

Mil milhões de dólares, investimento inicial previsto para a refinaria do Lobito.

8

Mil milhões de dólares, valor para o qual foi reduzido o orçamento por orientação da Sonangol. acordos. Os indianos, segundo fontes do VE, há muito que mostram interesse para entrar no negócio da refinação, em Angola, mas sem nunca terem tido êxito. Assim, a anunciada parceria com a Sonangol para a construção da refinaria do Lobito "constitui-se numa oportunidade que os indianos não deverão deixar escapar".

Apesar dessa 'forte motivação', os analistas consideram que a actual conjuntura económica que o país atravessa pode, de algum modo, atrapalhar as iniciativas que vão surgindo, visando a materialização do projecto 'refinaria do Lobito'.

"As engenharias financeiras podem ser feitas, mas depois é preciso ter dinheiro para pagar o empréstimo. Acho que, neste momento, nem a Sonangol, nem o país tem capacidade para tal", considera José Oliveira.

O também engenheiro é de opinião que, no actual momento de crise económica, o mais viável poderia ser a Sonangol recuperar o projecto de ampliação e modernização da refinaria de Luanda, sendo que "seria um processo menos oneroso e mais ajustado ao momento actual", defende.

NEGÓCIO PODE ESTAR AMEAÇADO

O negócio com os indianos poderá, no entanto, estar condicionado a compromissos assumidos pela Sonangol, no passado, com alguns parceiros, sendo de destacar o caso particular da empresa norte-americana KBR (Kellogg, Brown & Root), contratada, em 2008, para elaborar a planta da refinaria do Lobito.

Segundo fontes do VE, haverá ainda por parte da Sonangol uma dívida por saldar junto da KBR pelos serviços já prestados na refinaria do Lobito, o que "poderá condicionar a transferência de dados técnicos sobre os trabalhos já efectuados para que a nova empresa contratada dirija o processo".

O VE apurou de fontes oficiais que o acordo com a norte-americana KBR previa um orçamento inicial de cerca de 14 mil milhões de dólares, mas o montante viria a ser reduzido, mais tarde, para quase metade (8 mil milhões de dólares), a pedido da própria Sonangol.

Apesar dos ajustes no orçamento, o acordo entre as partes nunca foi finalizado, sendo que a estatal angolana, a certa altura, terá preferido desistir do compromisso devido, ao que considerava, "os altos custos que o negócio envolvia".

Nos termos do acordo rubricado com a Sonangol, a empresa KBR, para além de elaborar a planta da refinaria, tinha ainda o direito de escolher as empresas que haviam de construir a infraestrutura, na altura, orçada em cerca de 6,4 mil milhões de dólares.

Antes dos indianos e dos norte--americanos, a Sonangol já havia tentado também estabelecer parcerias com a espanhola ENI e a petrolífera chinesa SINOPEC. No entanto, também com essas os acordos nunca chegaram a ser efectivados.

O projecto da nova refinaria foi apresentado em Março de 2001, tendo sido anunciado na altura que poderia entrar em funcionamento durante o primeiro trimestre de 2006.

O programa do executivo para o sector dos petróleos no período legislativo 2013/2017 prevê que a construção da refinaria de Lobito deverá ser concretizada até 2018, numa área de 3.805 hectares, permitindo processar diariamente cerca de 200 mil barris de crude, criando 10 mil postos de trabalho directos e indirectos.

Segunda-feira 16 de Maio 2016



A EMPRESA CIMENTOS Nacionais de Angola obteve duas concessões de direitos mineiros de exploração industrial de gesso, numa área total de quase 620 hectares, nas áreas do Dombe Grande e Baía Farta, na província de Benguela



A LACTIANGOL pretende aumentar a sua produção actual de 700 mil para 1,4 milhões de litros de leite, no segundo trimestre de 2016, revelou o presidente do conselho da administração da empresa, José César Bastos Macedo, que também perspectiva atingir uma produção entre oito e 12 mil litros de iogurte sólido, por semana.

FAZENDA PRODUZIA 350 TONELADAS POR ANO

Crise trava produção de morangos

FRUTICULTURA. A Sociedade Agrícola da Jamba, que até 2014 produzia 350 toneladas de morangos, posicionando-se como a maior produtora, com uma facturação anual avaliada em 2,5 milhões de dólares está paralisada há dois anos. Celso Borges nega apoio do programa "Angola Investe" que considera "muito burocrático".

Por José Zangui



na Huíla, desde a impossibilidade de aquisição de vacas, rações, insumos para produção de comida

para as vacas e nos morangos, as plantas de morangueiros, adubos

Segundo o administrador da empresa, Celso Borges, há dois anos que a empresa não consegue divisas para pagar, no exterior, as plantas. Durante um período os fornecedores até abriram uma excepção, dando os produtos a crédito, mas depois tiveram de exigir o pagamento em 100%

Face à dificuldade, a produção de morangos teve de ser paralisada, ainda em 2014, e como consequência directa, a empresa dispensou 70 trabalhadores de um total de 200.

A Fazenda Jamba produzia morango há 10 anos, numa área de 10 hectares, dos 400 hectares disponíveis. O investimento inicial rondou os três milhões de dólares, em estufas, plantas, correcção de solos e adubos.

Tinha clientes identificados nas províncias de Luanda, Benguela e Huíla e Namibe, abrangendo grandes superfícies comerciais, como o Jumbo, Kero Shoprite e público em geral. Mas nem toda produção era escoada. De acordo com o administrador da empresa, 50% da produção apodrecia por falta de escoamento, tendo em conta que, o morango é um produto facilmente perecível.

A fazenda Jamba produz também leite em quantidades estimadas em seis mil litros por dia e iogurte. A administração pretende montar uma fábrica para a transformação de morango em polpa, evitando assim as perdas, mas está dependente de estudo de viabilidade e de financiamento.

Dado a impossibilidade de aquisição dos insumos, os gestores passado, a produção de morangos está comprometida, e depositam as esperança no próximo ano, caso se consiga divisas para a compra de plantas.

Celso Borges desmente informações de que a fazenda tenha recebido financiamento do Programa "Angola Investe" e acrescenta considerar o "programa muito burocrático".



GESTÃO

Enana procura parceiros para gerir aeroportos

aptar investidores para explorar áreas de serviços na área de não aviação, em todas as províncias, onde foram construídos ou reabilitados aeroportos nos últimos anos, consta dos objectivos para a rentabilização dos espaços comerciais e a diversificação das fontes de receitas da Enana, que realiza encontros com empresários em várias províncias.

Esta informação foi avançada ao VE pelo director da empresa para área de negócios de não aviação, Domingos Sá da Silva, que explicou que a prioridade vai para os empresários locais.

Trata-se de espaços para o desenvolvimento de projectos imobiliários, restauração, hoteleiro, negócios a retalho (snack bars, agências de viagens, casa de câmbios), entre outros, bem como projectos virados às telecomunicações para servir os clientes com internet, cabines telefónicas e material informático.

Os encontros com empresários de várias províncias vão na quinta edição, um processo que começou no Namibe, tendo passado igualmente pela Lunda-Sul, Huíla e Cunene.

Até ao fim do ano, a Enana prevê ir ao encontro de outros empresários nestas últimas três províncias para, gradualmente, chegar a todas as regiões dotadas com estas infra-estruturas.

'Tendo quase toda rede aeroportuária do país reabilitada, preocupa-nos ver o tipo de tratamento comercial que devemos destinar a cada projecto e buscar a maior rentabilidade destes espaços colocados à disposição dos aeroportos", disse o responsável da Enana.

Ao comentar os resultados dos encontros exploratórios, Sá Silva mostra-se satisfeito, "estando agora a aguardar-se pela efectivação das intenções". Além disso, o responsável diz sentir que o principal objectivo deste programa - que é o de sensibilizar os empresários a divulgar, publicitar os negócios, serviços e marcas ao nível dos aeroportos locais - está a ser cumprido.

A medida que vem sendo adoptada pela Enana surge em resposta de uma orientação do Conselho Internacional dos Aeroportos que apela aos Estados membros para deixarem de lado a visão tradicional de que, nestes espaços, deve existir apenas aviões, passageiros e o manuseio de cargas, para serem olhados como potenciais centros de atração comercial.

Sá Silva entende que esta é uma oportunidade para atrair as melhores marcas, serviços, hotéis, restaurantes, rent a car, projectos imobiliários, entre outros servicos.

Neste momento, esta situação não se coloca para o actual aero-

porto de Luanda. Mas fará sentido eventualmente no futuro aeroporto internacional que está a ser erguido no Bom-Jesus, onde o maior direcionamento pode estar virado para construção de hotéis, bombas de combustíveis, parque de estacionamento, restauração e outros negócios predominantes, situação que já está a ser acautelada pela administração da ENANA, junto fdo Ministério dos Transportes.

Nos últimos anos, a Enana reabilitou ou construiu de raiz novos aeroportos que exigiram um investimento na ordem de 400 milhões de dólares. Entretanto, boa parte destes espaços não recebem voos comerciais, situação que atrasa o retorno do valor investido.

Segunda-feira 16 de Maio 2016

(In)formalizando

PROJECTO EMPREENDEDOR GARANTE EMPREGO

O lixo que sustenta famílias

RECICLAGEM. Ideias, habilidade, força, máquinas e lixo unidos dão 'vida' à empresa de reciclagem Vassoforça. Reciclar para os 24 trabalhadores da microempresa significa 'o pão de cada dia' para as famílias e a luta para 'fugir' à pobreza

Por Isabel Diniz

troar do gerador e das rebarbadoras acompanhado pela habilidade das mãos dão 'corpo' a vassouras, cadeiras, bijutarias, árvores de natal ecológicas, escovas, fruteiras e blocos ecológicos.

O resíduo que, para muitos, significa apenas lixo é a principal matéria-prima para fazer funcionar a empresa que serve de sustento para 24 trabalhadores.

A empresa surgiu da necessidade de empregar os antigos moradores da antiga lixeira do Golfe2, "que viviam no lixo e alimentavam-se do lixo dos restaurantes que era depositado na lixeira" e que já realizavam trabalhos de reciclagem de forma artesanal e informal.

Segundo o co-fundador da associação e chefe de produção Gilberto Domingos, depois de terem registadas 500 famílias, surgiram três grandes preocupações "água tecto e emprego".

"Foi neste momento que decidimos aproveitar o que eles já faziam de forma artesanal: a reciclagem. Posteriormente recebemos uma formação de 10 dias de um brasileiro que ensinou técnicas de reciclagem", conta. "Com o que aprenderam a fazer com a vassoura, não sobra nada, nem rastro", explica Gilberto Domingos.

"Todos os dias os trabalhadores da Vassoforça têm a obrigação de vir com uma ideia nova. A meta era igualar ou ser melhor que a vassoura não reciclada. E hoje sinto-me feliz com os resultados."

A Vassoforça tem, como principal produto de venda, a vassoura.



Um dos seus principais clientes é a empresa de limpeza e saneamento de Luanda (Elisal), que antes comprava 1000 vassouras por mês.

"Mas já há três meses que não compra uma única vassoura. Agora só dependemos do mercado informal para vender os nossos produtos. E tudo porque a crise esta a afectar todos os sectores", assinalou.

A microempresa é parte da Associação de Profissionais e Amigos de Combate à Pobreza (APACP), que, depois de verificar a situação "degradante" de mais de três mil moradores da antiga lixeira do Golfe II, resolveu agir. Com a ajuda do Governo

MEMORIZE

• As garrafas de plástico saem do armazém onde são guardadas e vão para a filetagem para serem limpas. Depois seguem para a máquina desfiadora, para posteriormente entrarem numa grelha com capacidade para armazenar 40 garrafas.

de Luanda, conseguiram transferir 500 famílias para o Zango 4.

ÁRVORE ECOLÓGICA "ROU-**BADA" PELA ODEBRECHT**

A empresa participou há dois anos

de um concurso do Ministério do Ambiente, que premiava quem produzisse a melhor árvore ecológica, e consagrou-se vencedora. Para além da Vassoforça, a empresa brasileira Odebrecht também participou do

A árvore com a qual a empresa participou tinha 12 metros, a estrutura era de ferros e revestida de garrafas. Segundo Gilberto Domingos, a árvore terá chamado a atenção de Luanda inteira a ponto de "as pessoas saírem da Samba para o Alameda só para apreciarem o trabalho", algo que, segundo afirma, levou a empresa Odebrecht "a dar

um sumiço" na árvore. "Na altura recebi um telefonema que informava que a árvore tinha desaparecido."

Com o empenho do governo provincial e da responsável do projecto, a Odebrecht assumiu o desaparecimento da árvore e indemnizou a empresa.

Para a administradora e fiel de armazém, Rosa Domingos, a empresa traduz uma fonte de rendimento para ela e os dois filhos, desde 2010. Para ela, a Vassoforça significa o primeiro emprego. "Antes eu não sabia fazer nada e graças à empresa hoje tenho um emprego e sinto-me feliz com o que faço. As empresas, quando compram uma vassoura, não estão só a comprar um produto mas a ajudar a natureza e uma família".

Com o olhar 'carregado', corpo franzino e 'abatido', mas a realizar o trabalho de forma rápida, na área da montagem encontramos Carlos Adão ou simplesmente 'senhor Adão', como é carinhosamente tratado pelos demais trabalhadores.

Carlos Adão confessa que, apesar de antes já realizar um trabalho semelhante, foi nesta empresa onde aprimorou as técnicas necessárias à reciclagem. Para ele, estar a trabalhar significa um 'adeus' à lixeira.

Timóteo Manuel, de 24 anos, que acompanhou o "sofrimento" do pai, que apanhava lixo para sobreviver, confessa que, com o salário, hoje já consegue ajudar em casa e tem uma profissão de que se "orgulha".

O FABRICO DA VASSORA

As garrafas de plástico saem do armazém onde são guardadas e vão para a filetagem para serem limpas. Depois seguem para a máquina desfiadora, para posteriormente entrarem numa grelha com capacidade para armazenar 40 garrafas. Depois da grelha, entram para o forno, passam pela carpintaria para montagem dos cabos e, finalmente, vão a serralharia onde são feitos os encaixes.

"Há lixo suficiente para alimentar várias indústrias"

Em Angola, o negócio da reciclagem ainda se faz sentir de forma 'tímida'. Hoje o país conta com apenas uma vidreira, a Vidrul, que reaproveita as garrafas e a Cipal, que transforma os plásticos noutros produtos.

De acordo com o ambientalista Vladimiro Russo, reciclar significa menos cortes de árvores e o reaproveitamento. A reciclagem, em Angola, segundo explica ainda esta numa fase inicial, por ser um negócio que precisa de energia eléctrica, água corrente e incentivos fiscais para se poder desenvolver. E garante que os resíduos produzidos em Angola são suficientes para alimentar várias indústrias de reciclagem especializadas. "Sem a água, energia e incentivos fiscais, reciclar se torna mais caro do que importar matéria-prima", lembrou.

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

http://quadros.mgm.gov.ao

E FAÇA PARTE DA BOLSA DE QUADROS DO PAÍS

O Plano
Nacional de Geologia
(PLANAGEO) é o maior
investimento global
jamais feito no nosso país
no domínio das geociências,
visando a actualização
do conhecimento
geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.



http://quadros.mgm.gov.ao

1129 QUADROS NACIONAIS JÁ SE CADASTRARAM

A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA







Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

22 Valor Económico Segunda - feira 16 de Maio 2016

DE JURE

LEI DAS ACESSIBILIDADES VAI A VOTAÇÃO NO PARLAMENTO

Empresas 'obrigadas' a contratar deficientes

TRABALHO. As empresas privadas poderão ser obrigadas a contratar até 2% de deficientes, em relação ao número total de trabalhadoras. As públicas deverão ter vagas para quatro por cento. Estas exigências constam da Lei das Acessibilidades que irá a votos em breve.

Por Adriano Adão



putadores com o sistema de leitura em 'braile', caso a Lei das Acessibilidades seja aprovada na Assembleia Nacional.

Quatro por cento dos deficientes é a reserva de empregabilidade que as empresas públicas devem garantir nos concursos públicos e deverão ter condições de trabalho para os portadores de deficiência.

A Lei das Acessibilidades, apresentada pelo Governo, vai ser votada pela Assembleia Nacional, no próximo dia 19.

De acordo com o diploma, o agente económico que "desrespeitar" estas obrigações terá de pagar "pesadas multas", como confirmou ao Valor Económico o presidente da Associação Nacional dos Deficientes de Angola, Silva Lopes Etiambulo.

A lei foi debatida por várias associações económicas e sindicato de trabalhadores. Lopes Etiambulo garantiu que houve uma "grande aceitação" da referida lei e que nenhum empresário "ficará surpreendido", uma vez que contou com a "participação" de todos os sindicatos

No entanto, Silva Lopes Etiam-

bulo deixa claro que, com a entrada em vigor da nova lei, as empresas deveráo ser fiscalizadas para se garantir o cumprimento da lei. "Os empregadores devem ter em conta o grau de capacidade profissional do candidato e não dar emprego só por ser deficiente", alertou.

Do lado da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, reconhece as "vantagens" do diploma. Para ele, o sector privado devia ter taxas de 3% de empregos e o estatal de 6%.

O diploma é bastante inclusivo. Além da comunidade com necessidades especiais, a terceira idade também vai beneficiar de rampas de acesso que serão criadas nas vias públicas. O diploma vai obrigar os arquitectos a projectar os novos edifícios e infraestruturas, tendo em contas as condições ligadas às acessibilidades.



ASSEMBLEIA NACIONAL

Património Público vai à discussão este mês



s propostas de Lei do Património Público, bem como sobre a Mediação e Conciliação de Conflitos, vão

ser discutidas na VII sessão plenária ordinária da Assembleia Nacional, prevista para o próximo dia 19, anunciou a porta-voz Emília Carlota.

O projecto-lei sobre o Património Público, segundo dados da Assembleia Nacional, identifica as entidades públicas com direitos a veículos de uso pessoal, bem como define os critérios de aquisição e atribuição de veículos a outros funcionários, de modo a racionalizar os recursos

financeiros do Estado.

Já a proposta de Lei sobre a Mediação e Conciliação de Conflitos estabelece a estrutura, a composição, competências e organização dos órgãos de mediação e conciliação em Angola, com o intuito de descongestionar os tribunais.

Pretende-se com esta Lei criar um sistema de mediação assente num processo informal e flexível conduzido por um mediador que promova a aproximação entre as partes do processo e as apoie na busca de soluções conciliatórias para a resolução de litígios.

As duas propostas de lei já mereceram o aval do Conselho de Ministros, em Fevereiro passado.



Novo diploma em consulta pública



Comissão do Mercado de Capitais (CMC) realiza, a partir desta segunda-feira, 16, uma sessão de consulta pública, referente ao ante-

projecto do Regime Jurídico das Sociedades Gestoras de Patrimónios.

Com esta iniciativa, a instituição pretende colher contribuições da sociedade civil. O diploma

vai consagrar as regras a que as Sociedades Gestoras de Patrimónios devem obedecer nas relações que estabelecem com os clientes.

O regime vai ser aplicável a sociedades enquanto instituições financeiras não bancárias ligadas ao mercado de capitais e a investimentos que têm por objecto exclusivo a consultoria, em matéria de investimento e o exercício da actividade de administração discricionária de conjuntos de bens pertencentes a terceiros.



- **✓** Betão Pronto
- Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- **✓** Betuminoso

























SETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



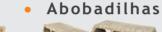






PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO

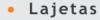
Blocos











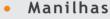
















Cones

Caixas de visita















✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIROS

Vigotas

Painel e Laje Alveolar











BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas **Asfálticas**









✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos











24 Valor Económico Segunda - feira 16 de Maio 2016

Gestão



25%

das grandes empresas, em média em todo o mundo, têm mulheres nas administrações

10

mulheres mais ricas do mundo gerem fortunas herdadas

EMPRESAS COM 30% DE GESTORAS GERAM MAIS LUCROS

O valor económico do poder feminio

MULHERES. As empresas geridas por mulheres têm tido mais lucros. Noutros casos, têm menos propensão para as falências. Quem o afirma são pesquisas elaboradas por especialistas, em todo o mundo.

Por Emídio Fernando

m 2015, a Bolsa de Valores francesa registou quedas sucessivas, mas houve uma única excepção entre as grandes empresas que compõem o índice das 40 mais da CAC: a Hermés. O grupo destacase também por ser o segundo com mais mulheres no topo da sua gestão, no caso, mais de metade (55%). O valor das acções aumentou em 16% e, mesmo com variáveis, esse crescimento tem sido constante.

No ano passado, na lista de quedas, as mais 'suaves' foram precisamente aquelas em que se regista um maior número de presença feminina nos lugares de topo: a Sanofi tem 44,8% de gestoras, as acções desvalorizaram apenas 27,3%; e a Danone, com 38% de gestão feminina, teve uma queda inferior a 42%. No lado contrário, foram as empresas com maior número de homens nas administrações que registaram as maiores quedas. Exemplos disso são a Alcatel-Lucent, com apenas 8,6% de gestoras, caiu 69,3% e a Renault, com 21,7% de gestoras, tombou 81,3%.

Estes dados ajudam a sustentar o estudo elaborado pelo Peterson Institute for International Economics e pela consultora Ernest&Young (EY). A pesquisa conclui que uma administração com cerca de 30% de mulheres a liderar pode aumentar mais os

lucros, em média de seis pontos percentuais, do que as que têm unicamente homens.

O estudo analisou 21.980 empresas em 91 países, destacando que cerca de 60% das empresas analisadas não tem qualquer mulher no topo da direcção e apenas 5% por cento tem uma mulher como a máxima responsável.

Já o ano passado, outra consultora, a McKinsey, divulgou um estudo que concluiu pela "excelência organizacional" de empresas na Europa, América do Norte e Ásia em que avaliou nove critérios de gestão. Os analistas da McKinsey concluíram que as empresas, com três ou mais mulheres na gestão, tiveram resultados mais altos, em média, do que as administrações que não tinham mulheres.

Um outro estudo, no Reino Unido, elaborado em 2014 por uma

organização não-governamental internacional que apoia e incentiva a liderança feminina, Catalyst, analisou mais de 900 mil empresas de sociedade limitada. Constatou que as empresas com mulheres executivas tiveram um risco menor de falência.

Os investidores tentam encontrar explicações para este sucesso feminino. "Criam um ambiente de trabalho mais inclusivo, respeitam as condições da paternidade e maternidade e estão mais disponíveis para fazer investimentos em novos mercados", sublinha a análise da EY.

No entanto, o papel das mulheres em altos cargos ainda está longe de atingir esses patamares. Nem a média mundial, mesmo juntando a participação feminina em cargos de relevo na política, chega aos 30%. Não ultrapassa os 25%,

sendo que no México apenas 4% se destaca, enquanto na Noruega esse número dispara para os 40%. Contudo, este país aplica a lei que obriga as empresas a terem quotas de mulheres, tanto funcionárias como membros das administrações. As finanças, saúde e telecomunicações são as áreas com mais mulheres no topo. As mais masculinas são as das matérias-primas, tecnologia, energia e indústria.

Uma previsão do Fórum Económico Mundial aponta que o mundo poderá atingir a paridade (entenda--se, em média) entre homens e mulheres, no trabalho, apenas em 2095. A previsão é baseada na realidade actual. O Japão, um dos países mais industrializados e que domina o mercado das tecnologias, alberga das maiores empresas mundiais. Mas o peso da mulher na liderança é reduzido, apesar de se desviar ligeiramente da média mundial: 27%. Na Rússia, todas as grandes empresas têm, pelo menos, uma mulher na administração.

Os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, elaborados no seio das Nações Unidas e que Angola é signatária, prevêem a inclusão de mais mulheres no trabalho e nas empresas, incluindo em lugares de chefia, como uma das prioridades a ser atingida até 2030.

Curiosamente, as 10 mulheres mais ricas do mundo, de acordo com o 'ranking' da revista Forbes deste ano, não criaram fortunas: gerem apenas heranças de família ou dos maridos.

Segunda -feira 16 de Maio 2016 Valor Económico 25

Opinião

O regresso da malária mortal





queda abrupta no número de mortes vítimas malária desde o início deste século é uma das grandes histórias de sucesso de saúde

pública dos últimos anos. Graças a investimentos concertados na prevenção, diagnóstico e tratamento, o número de mortos, a cada ano, diminuiu 60% desde 2000, poupando mais de seis milhões de vidas.

No entanto, mesmo com o sonho de eliminar a malária parece estar mais próximo de se tornar real, a crescente resistência aos medicamentos ameaca essas vitórias. A maior resistência, ao mais eficaz remédio contra a malária, a artemisinina, surgiu no Camboja e está a espalhar-se pela região do Mekong Delta.

Sem uma acção eficaz e oportuna, esta nova resistência à malária poderá tornar-se generalizada - um padrão que já ocorreu por duas vezes com os velhos medicamentos de combate à malária.

Governos, organizações internacionais, grupos da sociedade civil e empresas devem tomar medidas urgentes para evitar a propagação de novas epidemias de malária e travar que uma história tão dolorosa se volte a repetir.

A fim de retardar a propagação desta resistência e para permitir o surgimento de novos medicamentos, há um objectivo urgente, de curto prazo, que deve ser alcançado: impedir que essa resistência tome as regiões do Sul e Sudeste da Ásia e que se espalhe. A resistência à artemisinina pode chegar à Índia e à África Subsaariana e ao resto do mundo, colocando milhões de vidas em perigo e pondo em risco décadas de progresso.

A história tem dado lições. Na década de 1950, a resistência a outro medicamento, a cloroquina, foi detectada na fronteira entre Tailândia e o Camboja. O mesmo aconteceu na década de 1970 com a sulfadoxina-pirimetamina (SP). A resistência à cloroquina e à SP espalhou-se para a Índia e depois para a

África e a seguir a grande parte do mundo. Milhões de pessoas morreram. A maioria, crianças africanas.

As consequências da resistência generalizada à artemisinina podem ser igualmente devastadoras. Mesmo as estimativas mais conservadoras pintam um quadro sombrio.

Um estudo concluiu que a sua disseminação poderá resultar em mais de 116 mil mortes por ano e em cerca de 417 milhões de dólares com custos médicos que se devem associar a perdas de produtividade. Na zona Sub-Sahariana, essas perdas de produtividade estão calculadas acima dos 12 mil milhões de dólares por ano.

Apesar desta preocupação, nos últimos oito anos, a resistência à artemisinina não foi travada. Pelo contrário, voltou a ser detectada no Camboja, Vietname, Laos, Tailândia e Mianmar (antiga Birmânia) e na fronteira oriental da Índia.

Tem havido um aumento signifi-

Para acabar com a malária, precisamos de uma frente mundial unida contra a resistência à artemisinina.

cativo de apoio de doadores, nomeadamente a 'Iniciativa Artemisinina', financiado por uma doação de 100 milhões de USD do Fundo Global de Combate à Sida, Tuberculose e Malária. Mas estas intervenções de controlo convencionais não se mostram capazes de superar a propagação da resistência.

Para acabar com a malária, precisamos de uma frente mundial unida contra os condutores de resistência. Além dos esforços para conter a resistência à artemisinina, é necessária uma acção mais vasta. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), em Novembro de 2015, as autoridades nacionais de saúde em seis países africanos e na Colômbia ainda não tinham dado as autorizações para uso das monoterapias artemisinina oral.

Vão ser necessários também compromissos mais fortes do sector privado. A partir de Dezembro de 2015, 21 fabricantes de medicamentos, requisitados pela OMS para produzirem artemisinina oral, ainda não tinham concordado em fazê--lo. Mais de dois terços destas companhias estão localizadas na Ásia.

As empresas farmacêuticas que apostam na investigação também devem investir na próxima geração de medicamentos contra a malária. Mesmo que muitos tratamentos, à base de artemisinina, sejam eficazes, vai chegar à altura que vão precisar de serem substituídos, senão correm o risco de se tornarem parte do problema.

Através de uma parceria público--privada com o Singapore Economic Development Board, o Instituto Novartis para Doenças Tropicais formou um consórcio de investigação com esse objectivo. O esforço já rendeu dois promissores candidatos a fármacos anti maláricos que estão actualmente na fase de ensaios clínicos. São novas classes de compostos que tratam da malária em diferentes terapias, portanto com potencial para combater a resistência aos medicamentos emergentes.

De forma mais ampla, há uma entreajuda no desenvolvimento de produtos, envolvendo iniciativas como a dos 'Medicamentos para Doenças Negligenciadas' e os 'Medicamentos para Malária de Risco' que reúnem académicos, farmacêuticos e parceiros económicos que podem criar potenciais tratamentos para as doenças negligenciadas.

Estas colaborações são promissoras no desenvolvimento de medicamentos e para a sua aprovação que são processos demorados e caros.

Dois outros compostos antimaláricos encontram-se na Fase 2, a de ensaios clínicos, e estão actualmente a serem desenvolvidos com o apoio do 'Medicamentos para Malária de Risco' - um com a Takeda Pharmaceuticals e institutos nacionais de saúde e outro com a empresa farmacêutica francesa Sanofi.

Podemos estar a vencer muitas batalhas contra a malária, mas os sinais de alerta indicam que podemos perder a guerra. A propagação da resistência à artemisinina na Ásia hoje ameaça a vida de crianças em África amanhã.

É por isso que precisamos de uma acção eficaz para prevenir a propagação da resistência à artemisinina, incluindo investimentos urgentes na próxima geração de tratamentos contra a malária. Se não dermos ouvidos a estes apelos, estamos condenados a repetir a história.

Publicado Project Syndicate



26 Valor Económico Segunda - feira 16 de Maio 2016

Internacional

POR CAUSA DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Colômbia pressionada pelos EUA

Colômbia está preocupada que a descida de preço de um medicamento para tratar cancros coloque em causa o financiamento norte-

-americano ao acordo de paz que tem sido negociado entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o governo colombiano.

Essa preocupação foi transmi-

tida num memorando confidencial que o jornal Huffington Post tece acesso. O diplomata Andrés Flórez mostra-se preocupado que os EUA retirem os fundos ao governo colombiano perante as intenções de criar uma versão genérica mais barata do medicamento Gleevec, que é comercializado pela farmacêutica Novartis. Indirectamente, o diplomata acusa a Novartis de estar a pressionar Washington.

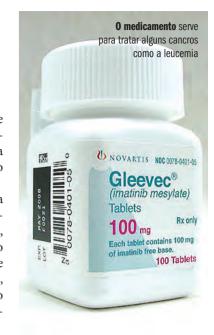
A administração de Barack

Obama já prometeu ajudar com 450 milhões de dólares o governo de Juan Manuel dos Santos para financiar as conversações de paz com as FARC. O dinheiro tem como principal objectivo combater o tráfico de drogas.

Tanto o governo norte-americano como a farmacêutica suíça, que produz o Gleevec, querem manter o preço do medicamento alto, regista o diplomata no memorando. A Novartis cobra quase o dobro do rendimento 'per capita'

da Colômbia a cada habitante que precisa de ser tratado com Gleevec. Por isso, Bogotá pondera produzir uma versão genérica do medicamento.

Na carta enviada à ministra colombiana dos Negócios Estrangeiros, María Ángela Holguín, Andrés Flórez denuncia ter sido alvo de pressões do gabinete de representação comercial dos EUA, da Casa Branca e de membros do Congresso ligados à indústria farmaçêntica





MICHEL TEMER SUBSTITUI DILMA ROUSSEF NA PRESIDÊNCIA

Brasil na sombra da corrupção

DESTITUIÇÃO. Está proibido a candidatar-se a eleições nos próximos oito anos, mas não o impediu de assumir a presidência, em substituição de Dilma Roussef. Aos 74 anos, Michel Temer, mergulhado em suspeitas de corrupção, lidera um país que enfrenta uma grave crise económica.

Por Emídio Fernando

omo se esperava, o Senado brasileiro aprovou a destituição de Dilma Roussef da presidência por um período de

um período de seis meses. Interinamente, a lide-

rança fica nas mãos de Michel Temer que era, até há bem pouco tempo, o vice-presidente. O processo de 'impeachment' foi aliás desencadeado por ele quando se queixou, numa carta à presidência e que foi parar aos jornais, de não ter poderes e colocou o seu partido, PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), contra o aliado PT (Partido dos Trabalhadores). O desfecho deu

na saída de Dilma Roussef, acusada de ter cometido crimes no uso de dinheiro público.

Michel Temer assume a presidência, mas, com ele, segue um cadastro pouco abonatório: desde 2009 que está a ser acusado de corrupção em negócios com uma empresa de construção civil, integra a lista de suspeitos da 'Operação Lava Jato' e está impedido de se candidatar, por oito anos, a qual-

quer eleição, por ter financiado ilegalmente o seu partido.

O governo de Michel Temer foi empossado de imediato e integra oito ministros, em 23, acusados de corrupção e envolvidos na 'Lava Jato'. Todos os ministros são homens, uns pertencem a seitas religiosas e outros têm alguma experiência de governação.

Aos 74 anos, considerado ambicioso e pragmático, Michel Temer é filho de emigrantes libaneses, nasceu numa pequena cidade de São Paulo, formou-se em Direito e vai presidir a um país que atravessa um período de crise económica. O novo presidente garantiu a manutenção das políticas sociais, especialmente a gestão da 'Bolsa Família' e prometeu reformas na segurança social e no trabalho. No discurso de posse, Michel Temer descansou o mercado, jurou combater o desemprego e a inflação, assegurou ir "estancar o processo da queda livre da actividdade económica", desafiando as empresas e o sector privado a "envolverem--se mais" e a terem "confiança nas instituições". O presidente interino prometeu ainda reduzir os gastos públicos e melhorar "o ambiente para atrair investidores".

Depois da destituição, Dilma Roussef anunciou ir de férias, mas para preparar o contra-ataque. Se o Senado, daqui a seis meses, não votar pelo julgamento da líder afastada, Dilma Roussef pode voltar à presidência. Até lá, começou por falar em "golpe de Estado", recordando os tempos em que enfrentou a ditadura militar:

74

anos, idade de Michel Temer que assumiu interinamente a presidência do Brasil

23

ministros, todos honens, compõem o novo governo brasileiro

"Lutei a vida inteira pela democracia. Confesso que nunca imaginei que fosse necessário voltar a lutar contra o golpe no meu país".

Dilma Roussef admitiu ter "cometido erros", mas garantiu que "nunca cometeu crimes". "O que está em causa é o respeito pela vontade soberana do povo brasileiro e pela democracia", afirmou, na hora de deixar o Palácio do Planalto, lembrando que foi eleita com mais de 54 milhões de votos.

Segunda - feira 16 de Maio 2016



A MISSÃO naval da União Europeia para acabar com o tráfico no Mediterrâneo central está a falhar o objetivo e não conseguiu travar os barcos de transporte ilegal de refugiados, concluiu a Câmara dos Comuns para a UE do Reino Unido.



O JAPÃO junta-se ao grupo liderado pelos EUA e Rússia que se reúne amanhã a fim de salvar o processo de paz na Síria. Tóquio junta-se à Holanda, Áustria e Austrália, também convidados a participar no encontro.

SISTEMA MAIS SEGURO AFECTADO

Novo ataque aos bancos por 'hackers'

epois do ataque de Fevereiro, piratas informáticos conseguiram, de novo, aceder ao sistema de mensagens interbancárias Swift, na passada sexta-feira. O sistema é considerado ultra-seguro e serve para transferir milhares de milhões de dólares diariamente, especialmente entre contas no estrangeiro.

De acordo com uma carta que a Swift - Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication, citada pela imprensa norte-americana, os métodos dos 'hackers' foram semelhantes aos ataques de Fevereiro, que permitiram o desvio de 81 milhões de dólares de uma conta do Banco Central do Bangladesh para a Reserva Federal dos EUA, em Nova Iorque.

Desta vez, os piratas atacaram um banco comercial que a Swift, até ao fecho desta edição não quis identificar, e conseguiram apropriar-se de códigos para enviar mensagens em nome do banco.





ATENTADO DE MARÇO

Bélgica com perdas de 100 milhões

aeroporto de Bruxelas terá somado perdas superiores a 100 milhões de dólares, devido aos atentados de 22 de Março, divulgou o responsável pela empresa gestora da infraestrutura, Arnaud Feist. As perdas

infraestrutura, Arnaud Feist. As perdas só ficarão minimizadas com a intervenção das seguradoras.

Além de ter provocado 16 mortos, a

dupla explosão no aeroporto da capital belga provocou danos materiais na zona de partidas, que permaneceu encerrada durante duas semanas. Reabriu, mas com operações muito limitadas. No início do mês, foi reaberta a área das partidas, estando o aeroporto a funcionar actualmente a 80% da sua capacidade.

O duplo atentado provocou ainda uma queda no número de passageiros de quase 30%, em comparação com o mesmo período do ano passado.

VENEZUELA

Emergência para mais um ano

presidente da Venezuela decidiu prolongar o 'estado de emergência económica' para durar um ano. Inicialmente, Nicolás Maduro tinha decretado a medida apenas por um período de

120 dias, argumentando que foi a forma encontrada para enfrentar a crise económica. Entre as medidas, destacam-se a obrigatoriedade da função pública trabalhar apenas dois dias por semana e o drástico racionamento de produtos.

O decreto presidencial tinha sido inicialmente reprovado pelo parlamento, mas foi depois autorizado, a 11 de Fevereiro, pelo Supremo Tribunal de Justiçaa.

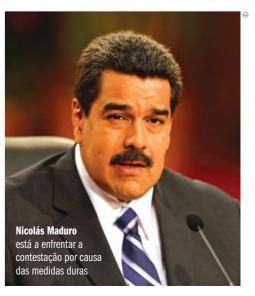
O governo justifica a medida com a necessidade de "combater a 'guerra económica" e para "construir uma Venezuela produtiva e independente" e que possa "enfrentar a conjuntura adversa suscitada pela queda dos preços do petróleo, a principal fonte de receitas, em moeda estrangeira, do país".

A oposição considera que o decreto restringe garantias constitucionais e faz aumentar a intervenção do Estado nas empresas privadas.

O decreto determina que o Estado pode "dispor dos recursos provenientes da economia orçamental" com a finalidade de "garantir o investimento que assegure a continuidade das missões sociais, investimen-

tos na infraestrutura produtiva, agrícola e industrial e o abastecimento de alimentos e produtos essenciais para a vida". Por outro lado, permite a implementação de "medidas especiais para agilizar o trânsito de mercadoria nos portos e aeroportos", além de dispensar os organismos públicos e privados de trâmites para a obtenção de dólares para "agilizar e garantir a importação de bens ou matérias-primas indispensáveis para o abastecimento nacional".

Com a falta de produtos, chegam relatos da Venezuela que dão conta de saques em estabelecimentos comerciais, com cenas de violência, em que as pessoas procuram bens essenciais, sobretudo alimentos.



28 Valor Económico Segunda - feira 16 de Maio 2016

Educação & Tecnologia

MESTRADOS COM ESPECIALIZAÇÕES EM ECONOMIA

Uma oferta que cresce ano após ano

MESTRADOS. Chegaram 'pelas mãos' da Universidade Agostinho Neto (UAN), mas hoje são leccionados também em universidades privadas. Do Jurídico Económico à Administração e Finanças, há em Angola, mestrados ligados às ciências económicas, com diversidade de preços e uniformidade nos horários.



Por Onélio Santiago

Universidade
Católica de
Angola(UCAN)
lecciona, desde
o ano passado,
o mestrado em
Economia, que
possui duas espe-

cialidades: Economia de Desenvolvimento e Gestão de Recursos Naturais, também conhecida por Economia da Energia. O mestrado resulta de uma parceria entre a UCAN e a Escola de Economia da Noruega (EEN), que, entre outros aspectos, se encarrega de enviar os docentes e elaborar os programas. No início de Maio, a UCAN abriu as matrículas para a segunda fase dos mestrados, cujo início das aulas está previsto para Março de 2017. Estão disponibilizadas 40 vagas. Os estudantes que se matricularem vão frequentar um

curso intensivo de Inglês e de Matemática. As aulas dos mestrados propriamente só arrancam no ano que vem. Os preços ainda não estão definidos, estando dependentes dos apoios que a UCAN receber, sendo que, na primeira edição, iniciada em 2015, a inscrição custou 25 mil kwanzas, enquanto a propina esteve fixada no equivalente em kwanzas a 500 dólares. Para a admissão, os candidatos serão sujeitos a exames de Mate-



UCAN Mestrados

Economia de desenvolvimento, Gestão de Recursos Naturais também conhecido como Economia da Energia

MEMORIZE

• Na UCAN os candidatos são sujeitos a testes de admissão de inglês, matemática e orais.

mática e Inglês, além de entrevistas orais e escritas.

O vice-decano da Faculdade de Economia e Gestão da UCAN revela que se privilegiou estas especialidades



Mestrados
Economia, Direito Juridico Civil
e Juridico Económico, Gestão de Recursos
Humanos

por se tratar de áreas "fundamentais para o processo de transformação social". João Van Dunem explica que os mestrandos que agora se formam deverão, posteriormente, frequentar o doutoramento (no exterior) com o objectivo de substituir os professores estrangeiros que leccionam na instituição.

LUSÍADA COM APOIO EXTERNO

Desde 2013 que a Universidade Lusíada de Angola (ULA) lecciona três mestrados, todos ligados às finanças e negócios: Economia, Gestão de Recursos Humanos e Direito, que possui as especialidades de Jurídico Civil e Jurídico Económico. Mais de 70% dos professores que leccionam estes cursos vem do Instituto Superior de Economia e Gestão de Lisboa (ISEG) e da Universidade Lusíada de Lisboa, cabendo-lhes a parte científica do curso – avaliações, conteúdos e planos curriculares. À ULA resta a parte administrativa e financeira. Aos candidatos à frequência de um curso de mestrado, a universidade exige que sejam licenciados na área em que se pretendem matricular. Como não se faz propriamente um exame de admissão, a instituição olha para aspectos como a idade, as notas e pede que o estudante escreva um artigo, para se avaliar até que ponto consegue desenvolver pesquisas de forma autónoma. No primeiro ano,



Direito Fiscal e Direito Empresarial, Politica Económica e de Desenvolvimento, Gestão, Economia de Empresa e de Desenvolvimento, Economia Monetária e Financeira, entre outros.

paga-se 1100 milhões de kwanzas, o que resulta em 110 mil kwanzas por mês. No segundo ano, o estudante paga 90 mil kwanzas de três em três meses, o que dá, em quatro trimestres, 360 mil kwanzas. O custo global do curso é de um 1.460 milhões de kwanzas. Para o ano lectivo 2016, cujas aulas iniciam em finais de Maio, estão inscritos mais de 130 estudantes.

UAN COM 'DUPLA OFERTA'

A Universidade Agostinho Neto (UAN) ministra mestrados ligados a negócio/economia em duas das suas dez unidades orgânicas. Na Faculdade de Direito (FDUAN), dos cinco mestrados disponibilizados, há dois ligados às ciências económicas, nomeadamente Direito Fiscal e Direito Empresarial. Aprovados por decretos executivos em 2012, estas graduações propõem-se a "criar um corpo qualificado de profissionais que sirva as necessidades das empresas, nacionais e estrangeiras, que desenvolvem a sua actividade em Angola".

Na Faculdade de Economia, por sua vez, os cinco cursos servem as áreas de negócios, nomeadamente o mestrado em Economia, que possui as especialidades de Política Económica e de Desenvolvimento, bem como Economia de Empresa e de Desenvolvimento. A instituição lecciona igualmente o mestrado em Gestão, com as especialidades de Administração e Finanças e Gestão Hospitalar; sendo a lista completada pelos mestrados em Economia Monetária e Financeira, Gestão em Empreendedorismo e Inovação, além do curso de Mercados de Capitais. A formação é feita em dois anos. O primeiro ano compreende a parte lectiva, enquanto o segundo é dedicado à preparação da dissertação. Pode inscrever-se qualquer licenciado, independentemente da área de formação. Geralmente, a instituição disponibiliza 30 vagas em cada um dos cursos cuja frequência depende de uma selecção que, embora não exista uma 'média de corte', olha para aspectos como a nota e a idade e experiência dos candidatos. A inscrição custa quatro mil kwanzas, enquanto o valor global do curso é de um 1.500 milhões de kwanzas - quantia que pode ser paga na totalidade ou em parcelas. Este ano lectivo, cujas inscrições decorreram entre Janeiro e Fevereiro, 'arrancou' em Março. As aulas, de segunda à sexta-feira, decorrem das 18h às 21h30, enquanto aos sábados se estuda das 9h às 13h.

Segunda - feira 16 de Maio 2016

Ambiente

A 5 DE JUNHO

Angola acolhe dia mundial do ambiente

ngola vai acolher
a 5 de Junho, a
celebração do
Dia Mundial
do Ambiente,
numa escolha
do Programa das
Nações Unidas
para o Meio Ambiente (PUNMA)

que quer apoiar o rápido desem-

penho na tomada de medidas para conservar e reconstruir a população de elefantes.

Todos os anos é eleito um tema diferente que seja actual e que exija a reflexão e acções de todo o mundo. Para este ano, "a luta contra o comércio ilegal da fauna e da flora angolana" foi o tema escolhido para o evento que vai contar com a



presença de instituições internacionais ambientais ligadas ao ambiente.

O compromisso nacional de preservação da fauna e flora selvagens que tem passado pelo trabalho empenhado de protecção de espécies ameaçadas de extinção, como a palanca negra gigante, o combate ao comércio ilegal de marfim de elefantes e rinocerontes pela descoberta de novas espécies animais, recuperação de espécies traficadas, a recuperação de parques nacionais e reservas naturais e a potenciação do ecoturismo são outros factores que contribuíram para que Angola acolha a celebração mundial da efeméride.

O Dia Mundial do Ambiente foi instituído a 15 de Dezembro de 1972 pelas Nações Unidas e tem como objectivo a consciencialização da população mundial sobre temas ambientais evidentes e emergentes com destaque para aqueles que dizem respeito à preservação dos ecossistemas.

PUB



30 | Valor Económico | Segunda-feira 16 de Maio 2016

acabamentos em jactos de areia, lhe pode oferecer.
O 'Eloxed' é protegido por vidro trabalhado em mineral e que o torna

anti-reflectivo.

Marcas & Estilos





RESTAURANTE

Depois das calemas, a bonança

Depois de ter sofrido com as calemas de há dois anos, o Café Del Mar, na Ilha de Luanda, reabriu este mês. Não é um mero 'café' como o nome indica, mas um restaurante que recupera o fascínio de se comer sentindo o barulho e a brisa do mar. O espaço está completamente renovado, sobretudo com a aposta numa decoração mais simples, mas mais africana, em que predominam as madeiras e os quadros fotográficos. Com uma gestão partilhada com o vizinho Coconuts, o renovado Café Del Mar usa as mesmas iguarias, como o peixe grelhado e os vegetarianos, e acrescenta algumas inovadoras tapas. Além das zonas das mesas, o Café Del Mar disponibiliza um generoso espaço com sofás, típicos das praias 'de luxo' nocturnas, para servir bebidas. É mais uma alternativa para quem aprecia, enquanto é tempo, as noites quentes da Ilha de Luanda.

AUTOMÓVEIS

Desportivo e prático

Por muitas voltas que se dê, não se foge à imagem que se tem de um Jaguar: um carro de luxo, familiar, largo e lustroso, vistoso ao longe. Associa-se também a um certo 'glamour' britânico e aos filmes em que empresários exibem luxos asiáticos. Mas o Jaguar de hoje não é só isso. A marca teve de se adaptar aos novos tempos e às novas necessidades. Daí ter apostado forte no SUV que quer competir com os

modelos da BMW ou da Mercedes. O Jaguar F-Pace Pure tem 180 cv, caixa automática, é turbo diesel e a marca define-o como o "mais desportivo e mais prático" dos SUV e que pode ser usado no dia-a-dia. Na versão mais completa, com todos os extras, desde os equipamentos tecnológicos como televisão e GPS aos bancos rebatíveis, custa na Europa mais de 60 mil euros (quase 80 mil dólares).



Segunda-feira 16 de Maio 2016

Não tenho mensagens pré-pensadas, específicas. São as ideias, literárias ou outras, que me fazem escrever.

Gosto tanto de imaginar e refazer o meu passado dos anos 1980. Sempre quando somos crianças a nossa vida 'é outra'.

ONDJAKI

"O presente dói-me demais às vezes"

ENTREVISTA. Já venceu 12 prémios literários e foi nomeado para vários, em diferentes locais, de Portugal ao Brasil, de França a Angola. Aos 38 anos, Ondjaki é dos escritores angolanos mais profícuos. Já publicou 25 livros, entre romances, contos, histórias infantis e poesia. Mas não vive "apenas" da escrita.

Por Lúcia de Almeida

Ganhou recentemente o prémio 'Literatura-mundo' de 2016 do Festival do Livro e do Filme de Saint-Malo 'Étonnants Voyageurs', em França. Que significado tem para si?

É um reconhecimento do meu trabalho, é certo, mas note que cada prémio desses é um pedaço da literatura angolana que chega a outros lugares. E de pedaço em pedaço, vamos dissipando dúvidas e questões culturais. Os tradutores é que fazem essas pontes. Na minha opinião, a tradução é uma ocupação muito nobre e que devia ser mais valorizada e mais bem paga. Portanto esse prémio é mais uma ponte que se abriu entre

Angola e França, ou entre a (nossa) língua portuguesa e a francesa.

Existe alguma diferença entre o Ondjaki de 'Actu Sanguíneu' e a do Ondjaki de 'Os modos do mármore'?

Existem uns 15 anos de diferença, algumas dores, alguns amores. A escrita e a vida são feitas de aprendizagens. Se eu fosse o mesmo, seria muito mau sinal.

É hoje um escritor mais maduro? Ou menos inocente?

Espero que seja uma pessoa mais madura. Menos inocente, sou de certeza. Por isso gosto tanto de imaginar e refazer o meu passado dos anos 1980. Sempre quando somos crianças a nossa vida 'é outra'. O presente dói-me demais às vezes.



Apenas escreve?

Quando leio essa pergunta, a minha resposta mais honesta é: Sim, apenas escrevo, apenas observo e transformo o que vejo, apenas refaço os actos e as palavras dos outros em novas estórias, apenas registo os nossos modos de falar e dizer, apenas resgato pedaços de um passado colectivo, apenas falei da minha cidade em vários formatos, apenas escrevi livros infantis e de poesia, apenas colaborei com músicos,

apenas escrevi uma peça de teatro, apenas dou palestras sobre literatura angolana, apenas às vezes vou a lugares diferentes do mundo para dar uma visão "nossa" ou "minha" sobre a complexidade da nossa História e das nossas guerras, apenas ganhei alguns prémios dentro e fora do país, apenas divulgo a nossa literatura, apenas dialogo com outros livros e outros mais velhos da nossa literatura, apenas escrevi uma tese de doutoramento sobre as nossas esti-

gas, sim, digamos, apenas escrevo. Mas também sonho, também dou aulas, também faço oficinas de escrita criativa, também escuto com atenção a minha avó e todas as crianças que me são próximas. Também leio. Também choro. Tudo isso enquanto apenas vou escrevendo.

Procura transmitir alguma coisa à sociedade com as suas obras?

Não tenho mensagens pré-pensadas, específicas. São as ideias, literárias ou outras, que me fazem escrever. Os sentires, as preocupações. Não tenho agenda literária. Portanto, não há um objectivo prévio e claro. Há, sim, um resultado que advém das coisas que me vão na cabeça, nos sonhos, nas mãos e no coração.

Além do saudosismo da infância, há retratos dolorosos de Luanda nos seus textos? Já sentiu problemas com essas críticas? Não, directamente não.

Já foi pressionado para não escrever determinados assuntos ou foi criticado por isso?

Pressionado, não. Mas criticado já fui e acho normal. Quando se escreve, chegam críticas boas e más. E às vezes são construtivas. É normal e temos de lidar com isso. As críticas construtivas são sempre boas, mesmo quando parecem más.

INSTITUTO CAMÕES DE LUANDA

Uma casa, muita cultura

O Instituto Camões de Luanda, também conhecido como Centro Cultural Português, existe desde 1996, funcionando junto ao edifício da Embaixada de Portugal. Com exposições periódicas regulares, algumas temáticas e outras de celebração de datas, o 'Camões' acolhe, de 12 de Maio a 1 de Junho, a exposição (com entradas livres) do angolano Guilherme Mampuya.

Durante a montra intitulada 'Afrika', o pintor, de 41 anos, exibe 17 obras criadas com técnicas que

passam pelo acrílico sobre tela, colagem de máscaras, resina sobre madeira, ferro cortado e pintado. Nas ilustrações que Mampuya expõe no 'Camões', constam, entre outras personalidades, Papa Wemba, Nelson Mandela e Desmond Tutu, além de quadros que retratam a mulher africana, bem como trabalhos sobre a floresta do Kalumbo, junto ao rio Kwanza, e Ilha do Mussulo.

No dia de abertura da exposição de Mampuya, o Instituto Camões de Luanda assistiu ao encerramento da 'Ponto de partida', uma exposição colectiva de pintura. A iniciativa, que esteve patente entre 21 de abril e 12 de Maio, expôs a estética de dois jovens artistas, Wilson de Oliveira e Fernando Lucano.

De caracter público, sendo tutelado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Centro Cultural Português (CCP) também organiza sessões de teatro e de lançamentos de livros. No domínio da literatura, uma das últimas actividades foi a apresentação e venda do livro de Pepetela, escritor que o instituto homenageou, há já algum tempo, atribuindo o seu nome a um dos auditórios. Foi, aliás, no mesmo auditório onde Pepetela apresentou, há duas semanas, o 'Se o passado não tivesse asas', um romance que cruza duas personagens femininas dos últimos 20 anos da história de Angola.

Dirigido a um público diversificado, com o objectivo de "estimular uma relação de permanente intercâmbio e cooperação com as Instituições Angolanas ligadas à Educação e Cultura", o CCP dispõe de uma biblioteca, com seis mil títulos, que integra uma sala de leitura para 100 leitores e um espaço multimédia com dez computadores. Acolhe diariamente 350 leitores, sobretudo estudantes do ensino médio e universitário. O auditório Pepetela, com capacidade para 112 lugares, é regularmente utilizado para conferências, ciclos de cinema e espectáculos de teatro e musicais

ONDE FICA

O Centro Cultural Português está situado em Luanda na Avenida de Portugal, edifício número 50. Para quem quiser expor ou assistir a uma exposição, pode procurar pela página da organização no facebook ou aceder ao sítio http://www.instituto-camoes.pt, onde estão igualmente disponíveis os contactos telefónicos.

Valor Económico Segunda - feira 16 de Maio 2016

NÚMEROS DA SEMANA

551

Milhões de euros são os valores que envolveram as exportações de Portugal para Angola, durante o primeiro trimestre deste ano, segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística de Portugal.



Milhões de dólares corresponde ao valor global que a empresa Kwanza Rio Tour vai investir na construção e promoção do complexo turístico Palmeira Real, situado a 60 quilómetros a sul de Luanda.

10

Mil milhões de dólares são os valores que o Governo estima necessitar para combater o fenómeno da seca, no sul do país, segundo indicou a ministra do Ambiente, Fátima Jardim, durante a conferência sobre o Dia Mundial do Ambiente.

REESTRUTURAÇÃO

Angola Telecom pode despedir 500 trabalhadores

A empresa pública de telecomunicações, que enfrenta um processo de restruturação, está na iminência de dispensar aproximadamente 500 trabalhadores, nos próximos dias, revelou fonte da empresa ao VALOR ECONÓMICO.

O processo de dispensa de trabalhadores deverá ocorrer via reforma antecipada, devendo também abranger antigos funcionários que não aprovaram num teste de admissão interno, recentemente realizado pela empresa de recrutamento Ucall.

A situação, estará a gerar um clima de incerteza entre os trabalhadores, sendo que, até ao fecho desta edição do VE, a direcção dos



recursos humanos não havia tornado pública a lista dos dispensados, bem como se desconhece os termos de rescisão contratual.

Os cerca de 1.600 trabalhado-

res dizem-se, por isso, 'abandalhados' por aparentemente não beneficiarem do apoio da actual comissão sindical, que consideram 'apática'.

A medida ocorre uma semana depois do ministro das Telecomunicações e Tecnologia de Informação, José Carvalho, ter nomeado uma nova comissão interina de gestão desta empresa, liderada pelo ex-administrador da Portugal Telecom, Pedro Durão Leitão.

Integram ainda a comissão de gestão recém-criada, os ex-administradores para a área comercial e administração e finanças, Manuel António e Pedro Miguel, respectivamente.

Portos debatem

Portos debatem situação financeira

Os capitães e demais responsáveis dos portos do Soyo, Porto Amboim, Lobito, Namibe, Luanda e Cabinda reuniram-se, sexta-feira, 13, no Zaire, para, entre outros assuntos, abordarem a situação orgânica funcional e financeira das empresas portuárias angolanos.

Na reunião foram igualmente analisados, o estado das infraestruturas de apoio às capitanias, bem como a interacção entre o Instituto Marítimo Portuário de Angola (IMPA). Os intervenientes discutiram ainda os procedimentos de aplicação do regulamento do pessoal do mar, questões atinentes aos acidentes e incidentes marítimos, regulamento de busca e salvamento e a padronização dos sistemas informativos dos portos.

O director nacional do Instituto Marítimo e Portuário de Angola, Victor de Carvalho, defendeu a articulação das acções entre as capitanias e outras instituições que intervêm na defesa e segurança do espaço marítimo nacional.

POR DECISÃO DOS ACCIONISTAS

GA Seguros passa a SAHA

Mudança de nome decorre do reforço de capital dos accionistas marroquinos do grupo financeiro Saham que retira as letras "GA" da marca e faz entrar Saham. Lançamento da nova marca está prevista para Junho.

As letras 'GA' vão desaparecer da designação da seguradora GA Angola Seguros e vão dar lugar a Saham Angola Seguros. A mudança de nome acontece no próximo mês de Junho, altura em que entram para o portefólio da seguradora novos produtos e serviços, anunciou a entidade em comunicado.

A mudança de nome é resultado da injecção de capital dos accionistas marroquinos do Grupo Financeiro Saham – detentor de 19 subsidiárias em África – que, com o reforço das participações, passam a ter o nome do grupo na marca da seguradora angolana, passando a chamar-se 'Saham Angola Seguros'.

A mudança de nome já tinha sido anunciada para Março passado pelo ceo do grupo em Angola,



Paulo Bracons. A GA Angola Seguros foi fundada em 2005 pela One Alliance Holdings. Os marroquinos do Saham Finance compraram, há três anos, 66% do capital à One Alliance que detinha, no período, 70% do capital social da GA e os restantes 30% pertenciam a um parceiro angolano. A Saham Finance é detida pelo Grupo Saham, fundado em 1995 pelo ministro marroquino do Comércio e Indústria, Mulay Hafid Elalamy. Com actividades diversificadas, tem hoje um volume de negócios superior a 1,14 mil milhões de dólares, presente em 26 países entre África e o Médio Oriente.

Nelson Rodrigues

O VALOR ESTA SEMANA

DÍVIDA PÚBLICA Rende 179 mil milhões kz

Seis bancos, nomeadamente o BFA, BAI, Millennium Angola, Standard Bank, Privado Atlântico e o BNI foram os principais 'tomadores' da dívida pública, emitida pelo Estado, entre Maio de 2015 e Abril deste ano. As negociações realizadas pela BODIVA renderam ao Estado 179,3 mil milhões Kwanzas. **pág. 15**

PRIORIDADE PARA AS PÚBLICAS BNA prioriza TAAG e TPA

O BNA vendeu, de 3 a 6 de Maio, divisas no valor de 4,1 milhões de dólares, para cobrir despesas, com o exterior, das empresas públicas TAAG e TPA. Os dólares vendidos a TPA poderão servir para cobrir, entre outros, o pagamento do satélite e manutenção do sinal da TPA-Internacional, que, durante semanas, ficou fora de serviço. **pág. 16**



TELEFONIA MÓVEL INACOM vai alterar preços

O custo dos serviços de telefonia móvel deve ser reajustado nos próximos tempos, segundo indicações de Lionel Augusto, funcionário sénior do Instituto Nacional das Telecomunicações (INACOM) que justifica a medida com o facto de a tarifa estar desactualizada.

pág. 10